

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia trinta de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes.

Ao iniciar a Sessão, o Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos iniciar a Sessão da Assembleia Municipal.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos que apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Dr. Paulo Sérgio Dias Minas.

Igualmente a Sra. Deputada Dra. Vera Lúcia Mendes da Cunha não está presente e apresentou a respetiva justificação.

Também o Sr. Deputado Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramallete de Carvalho não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Sr. Ricardo Jorge Marques Figueiredo.

Também o Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pela Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes.

Igualmente o Sr. Deputado Rodrigo André Sousa Marques não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Sr. António Jorge Pinto da Cunha Caetano.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, não está presente e foi substituído pelo Secretário da Junta, Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo e os Srs. Vereadores, Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dra. Sandra Margarida Matias Andrade Fidalgo, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II -Apreciação e votação, nos termos do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2022.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Compensação às Freguesias da Recolha de RSU indiferenciado do ano de 2021.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo - Ensino Superior.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Contrato de Delegação de Competências no Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho e do Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de

outubro, da proposta de Estratégia Local de Habitação do Concelho de Oliveira do Hospital.

VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, da proposta de criação da Freguesia de Vila Franca da Beira por desagregação da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.

VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022.

IX - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Fixação da Taxa do IMI em 0,33 %, para o ano de 2023.

X - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes para o ano de 2023.

XI - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2023, em 5 %.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Antes de mais quero dar-vos a seguinte nota em relação às substituições. Houve dois pedidos de substituição muito em cima da hora, foi o Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos e foi o Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho. Quero alertar que as substituições devem ser feitas pelo menos com a antecedência de quarenta e oito horas para termos tempo de enviar a documentação e para que os deputados saibam o que é que vêm discutir. Percebemos que às vezes há diligências de última hora, e que

também se devem ter em conta, mas peço às forças políticas para terem atenção o isto.

Passaríamos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois. Pergunto se há alterações ao teor da ata.

Não havendo alterações ao teor da ata passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por unanimidade.

De seguida foram iniciadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, começava por lhe dar os parabéns, o Parque dos Marmelos foi concluído. É uma obra concluída com êxito e, se calhar, foi a obra mais rápida que os Executivos do PS conseguiram fazer. Estão de parabéns!

Depois, Sr. Presidente, a Zona Industrial: Passei lá ontem e ia ficando sem carro porque aqueles rasgos na estrada abateram e estão a ficar gigantes.

Sobre a Casa da Cultura o Sr. Presidente não deve ter nada para dizer. Sobre a Zona Histórica, segundo sei, falta ainda arrancar uma das partes.

Na última reunião falámos sobre os balneários do Estádio Municipal de Oliveira do Hospital porque os que era para fazer caíram por terra e seria para fazer uns novos. Gostava que me dissessem em que estado é que está esse tal projeto, espero que não seja um projeto inovador, espero que seja um projeto para concretizar, e se tem perspetivas para que o Oliveira possa voltar a jogar na sua casa, ou seja no Estádio Municipal?

Depois, na última Assembleia Municipal, aliás quase todos os anos temos uma Assembleia em que vimos aqui falar da transferência de competências. Temos visto ao longo dos tempos que algumas Câmaras já começaram a indignar-se com estas transferências de competências. Nós temos “empurrado com a barriga” a transferência de competências até sermos obrigados a recebê-las e eu lembro-me que estas transferências de competências terão que ser onerosas para as Câmaras Municipais, estão a secar financeiramente as Câmaras, ou seja são despesas que têm vindo para as Câmaras que daqui por uns anos vão ser incomportáveis e eu ainda sou do

tempo em que este executivo fez algumas manifestações públicas na defesa dos Oliveirenses e dos interesses dos Oliveirenses.

Pergunto eu: Para quando é que este Executivo tenciona fazer uma manifestação para demonstrarmos publicamente que somos contra esta transferência de competências?

Portanto, espero que em breve saíamos à rua para poder lutar contra estas transferências porque realmente só nos têm prejudicado e vão continuar a prejudicar-nos.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada Sónia Alexandra Guerra Veloso que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, tomei conhecimento com satisfação de que o Município de Oliveira do Hospital iria investir na Modernização Administrativa dos Serviços Públicos de Proximidade através da instalação de Espaços do Cidadão no Concelho. Sendo que esta é certamente uma medida que vai ao encontro das necessidades e anseios da população, gostaria de questionar sobre o ponto de situação, nomeadamente qual a previsão de início do funcionamento dos Espaços do Cidadão? Que tipo de serviços poderá prestar à população? Terá algum financiamento Comunitário? Poderá de alguma forma ter impacto nos Serviços do Estado já existentes no Concelho?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“O que me trás aqui, hoje, são dois temas relativos à minha Freguesia, mas também e sobretudo o facto de assegurar o vinculo de confiança e de responsabilidade entre eleitos e eleitores. Fui abordado por fregueses do Parceiro e Covão acerca do crónico problema das acessibilidades entre ambas as aldeias e naquilo que me cabe como Presidente da Junta decidir retificar e apoiar o seu esforço. Foi antecipadamente enviado ao Gabinete de Apoio à Presidência relativamente ao abaixo-assinado que fizeram para que esse problema fosse solucionado. É um facto de que não é uma obra muito atrativa pelo facto de apenas beneficiar algumas dezenas de eleitores mas eu enquanto Presidente de Junta, mas parece-me também que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Rolo, bem como ainda o antigo Presidente da Câmara Municipal e agora Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino, por aquilo que foi o manifesto eleitoral do Partido Socialista e aquilo que foi a sua promessa de pavimentação desses caminhos,

parece-me que esse é um desígnio que extravasa partidos e é sobretudo um desígnio que nos une e que é precisamente esse: A confiança na democracia e a confiança de que quem nos elege elege-nos com o propósito de cumprirmos aquilo que prometemos. E é isso que eu vinha aqui reiterar, esse pedido dos meus fregueses para que esse crónico problema fosse resolvido com a máxima celeridade. Estamos também a falar numa acessibilidade que afeta um alojamento de Turismo Rural que é único na Freguesia e muito importante para o nosso Turismo.

Quanto ao segundo tema, mais vocacionado para o Vereador Prof. Nuno Ribeiro: Fui informado pelo Grupo Desportivo Sangianense que, muito me orgulha de dizer, voltou à atividade e pediu, também de forma formal através de correio eletrónico, se poderia haver alguma possibilidade de apoio à sua atividade. Gostaria de perceber se esse pedido já foi auscultado e se haverá alguma possibilidade de ele seguir adiante?

Quanto ao resto, convidar esta edilidade e todos os presentes para o início da época do Grupo Desportivo Sangianense, que decorrerá deste fim de semana a oito dias, e para a apresentação da nossa equipa que muito honra a nossa Freguesia e muito me regozija ter mais uma instituição na nossa terra.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Nós vivemos um tempo muito conturbado, muito difícil e com certeza todos nós sentimos isso. Isto não é um problema ou situação do Concelho e também não é uma situação só do País. Somos todos atingidos por uma situação global, tivemos a pandemia, tivemos uma série de acontecimentos e, agora, uma guerra. E isto para dizer que é com alegria e regozijando-me porque voltámos a ter alguma normalidade na nossa vida.

Queria destacar, aqui, algumas situações e começava pelas iniciativas das Juntas de Freguesia, das Associações e da Câmara Municipal, todos os eventos e todas as iniciativas que têm sido feitas neste últimos tempos. Portanto, isso dá-nos alguma esperança de ter uma vida o mais normal possível mas também sentirmos, e com certeza todos estamos conscientes disso, que isto vai ser mais um tempo de dificuldades. Aquela situação que tínhamos quando realizávamos uma obra e hoje estamos num tempo de alguma contenção de alguma prudência que eu gostaria de referir aqui também na Assembleia Municipal.

Tem que se fazer aquilo que é necessário, com certeza que sim. As Juntas de Freguesia e a própria Câmara Municipal têm ambição para fazer obras, têm ambição de fazer uma série de coisas, mas temos que ter alguma contenção e priorizar sobretudo algumas situações.

É muito fácil para nós chegar aqui e dizer que temos um caminho para fazer, a Junta de Freguesia de Lagares, a Junta de Freguesia de Travanca e qualquer Junta de Freguesia, chegar aqui e poder dizer que tem um caminho para asfaltar, têm uma série de coisas para fazer, mas temos que ter alguma paciência e a Câmara Municipal terá que fazer o seu trabalho.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, eu peço-lhe que tenha alguma paciência, isso com certeza vai dar algum trabalho mas também espero e sei que está à altura disso, de priorizar algumas situações e de ver aquilo que é realmente necessário para não pôr em risco a sustentabilidade que esta Câmara Municipal tem revelado ao longo dos anos.

Queria destacar, aqui, também um ponto: Nós tivemos este ano uma EXPOH com um novo figurino. Esta EXPOH, na minha perspetiva, não é uma feira comercial e industrial. Penso que este ano foi uma feira para as pessoas descomprimirem, para as pessoas passarem boas noites, foram quatro dias intensivos. É um figurino que, na minha opinião e de uma forma geral e por opinião de várias pessoas, penso que correu muito bem e é claro que há sempre que aperfeiçoar este tipo de situações.

Portanto, queria felicitar a Câmara Municipal por esta nova forma de fazer a EXPOH. Claro que, com certeza, se isso se proporcionar em tempos futuros ela será muito mais alargada e com um leque de diversões maior.

Sr. Presidente, quero felicitar a Câmara Municipal por esta iniciativa e por esta nova forma de fazer este evento.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Estamos aqui para mais uma Sessão da Assembleia Municipal e, desde a última, desde junho, gostaríamos de salientar duas boas notícias que tivemos entretanto no nosso Concelho: A primeira foi a abertura de uma nova unidade hoteleira, portanto alojamento turístico no nosso Concelho, e falo do Be Alva e, aqui, gostaríamos de felicitar os promotores e fazer votos de muitos sucessos.

A segunda boa notícia foi finalmente a conclusão e inauguração de uma grande obra no nosso Concelho e falo concretamente do Parque dos Marmelos e é com bons olhos que vemos aquele espaço aberto ao público. Sobre este

parque, Sr. Presidente, podemos aqui discutir algumas opções que foram tomadas, tais como a amostra de parede de escalada que lá instalaram e outros aspetos de pormenor, mas não é sobre isso que pretendo aqui incidir.

Quero, sim, falar sobre o café que lá se encontra. Gostaríamos de saber como é que o Executivo está a pensar articular este café com o bar das piscinas ou vamos ter ali mais um espaço morto como temos ali o Café Central?

E, por falar em Café Central, como é que está este processo? Este café há um ano que está fechado e nunca mais viu as portas abertas, esporadicamente tem lá uma exposição.

Depois, dizer o seguinte: Foi-nos dito, aqui, sensivelmente antes do verão, na resposta a uma pergunta que foi colocada, que estavam a coordenar as limpezas no Concelho ao longo das faixas de gestão de combustível junto às Estradas Municipais mas chegámos ao fim do verão e houve algumas Estradas Municipais que não foram contempladas com essa limpeza. Felizmente não tivemos grandes incêndios este ano no Concelho mas achamos que o Município deve dar o exemplo aos proprietários e limpar tudo o que está sob a sua alçada e não apenas parte das estradas.

Por falar em estradas, referir que a rua António Canastrinha, junto ao Pingo Doce, está uma vergonha e igual, ou pior, está a rua Principal da Felgueira Velha, andaram lá a instalar os esgotos e aquilo está um perigo para os automobilistas e, agora, com as recentes chuvas também ficou pior.

Assim sendo, Sr. Presidente, gostaríamos que fossem tomadas as diligências no sentido de vermos estes problemas ultrapassados.

Por outro lado, também gostaríamos de saber como é que está o processo da Casa Amarela, na Bobadela? Gostaríamos de saber se já existe alguma data de inauguração? A Casa Amarela, por fora, aparenta estar pronta mas na realidade sei que aquele espaço se encontra fechado e também para quando o prolongamento da ciclovia existente até esta mesma Freguesia?

Gostaríamos também de alertar o Executivo para a *overdose* de placas de sinalização espalhadas pelo centro da cidade, algumas delas de grandes dimensões com indicações basicamente das grandes superfícies comerciais, achamos que aquilo não acrescenta nada porque toda a gente já sabe onde aqueles estabelecimentos se encontram. Deve haver, aqui, alguma regulamentação e bom senso porque estas placas de sinalização só são poluição visual e nada mais.

Finalmente, e como já é hábito, gostaríamos também de deixar uma proposta e que vou partilhar com todos vós para que possa ser analisada e

esperamos nós que seja acolhida pelo Executivo. Esta proposta visa mitigar a dificuldade que existe para contratar terapeutas da fala nas escolas para as nossas crianças sinalizadas. Desafiamos o Executivo a lançar um programa com o objetivo de atribuir uma participação financeira a estes alunos de modo a terem consultas a preços simbólicos e, assim, dar-lhes uma resposta para diminuirmos o insucesso escolar destas crianças que têm a necessidade desta especialidade. Com mais este singelo contributo, termino, por agora.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O que me trás aqui, hoje, é a EXPOH e, como Presidente de Junta da segunda maior Freguesia do Concelho de Oliveira do Hospital, apraz-me dizer ao Executivo da Câmara Municipal que todas as informações que eu recolhi junto dos meus conterrâneos que foi um evento bem organizado. Parabéns pelo novo formato. É do conhecimento geral que foi bom e é de continuar a melhorar. Toda a gente gostou bastante, foram centenas e centenas de pessoas que compareceram neste evento. Está muito melhor, pode ser melhorado, vocês são recetivos a isso. Os meus parabéns pelo evento da EXPOH!

Em Nogueira do Cravo realizámos a Feira de Santiago. Foi um evento que consegui reunir todas as coletividades da Freguesia e todas as associações sem fins lucrativos num evento promotor da Freguesia de Nogueira do Cravo. Todas as entidades sem fins lucrativos e as entidades religiosas estiveram presentes. Tivemos lá centenas e centenas de visitantes o que demonstra a força da Freguesia de Nogueira do Cravo. As coletividades estão vivas e a Junta de Freguesia tem caminhado ao longo dos anos lado a lado com elas. Sempre que as coletividades necessitam a Junta de Freguesia está ao lado delas para as apoiar. A Feira de Santiago é a prova de que conseguimos fazer grandes eventos. A Feira de Santiago é uma feira que se fazia em Nogueira do Cravo desde 1758, século XVIII, e pode ficar uma marca para a Freguesia e uma marca para o Concelho. Este ano foi um ano de teste e este evento pode ser melhorado, pode crescer, foi só um dia. A Câmara Municipal deu-nos um grande apoio técnico e recursos humanos para a montagem de toda aquela estrutura. Não pedimos dinheiro à Câmara Municipal. A Câmara Municipal não teve nenhum custo com aquela feira, foi tudo suportado pela Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo. A Feira de Santiago estava lindíssima, começámos com uma caminhada pela freguesia que reuniu duzentos caminhantes. A Feira de Santiago

foi um evento tipicamente arguina e foi muito bem planeado. Tivemos o apoio da Câmara Municipal e agradeço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. O Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Nuno Ribeiro deram-nos recomendações para melhorar este evento uma vez que nós não somos pessoas com experiência nessa área. As coletividades venderam tudo o que tinham para vender e os expositores particulares que estiveram lá com os seus produtos regionais e o artesanato local também tiveram uma boa receptividade e quase que esgotavam os produtos que tinham e, por esse facto, e, por termos unido a Freguesia de Nogueira do Cravo em torno de um evento único em que todas as coletividades sem exceção se uniram, os meus parabéns à Freguesia de Nogueira do Cravo e o meu agradecimento à Câmara Municipal.

Temos saneamento básico na Quinta da Abrunheira, que foi prometido durante muitos e muitos anos, e a Câmara Municipal concretizou o saneamento básico na Quinta da Abrunheira, junto à Estrada Nacional nº 17, no Senhor das Almas, onde vivem muitas pessoas. A Quinta da Abrunheira tem mais pessoas do que algumas localidades do nosso Concelho. Foi também melhorado o pavimento que foi totalmente alcatroado.

Na Rua da Misericórdia, que é a segunda maior localidade da Freguesia de Nogueira do Cravo, também saudar essa obra de grande necessidade com substituição de saneamento básico, uma vez que havia ali muitos problemas de roturas devido a canalizações já muito antigas.

Na Quinta da Mata, em Nogueira do Cravo, também promessas antigas que agora foram concretizadas. Acho que a obra não está ainda totalmente concluída. A Quinta da Mata também tem muitos residentes e com esta obra fez-se justiça porque como todos os outros cidadãos também merecem ter saneamento básico.

A Câmara Municipal subsidiou a execução do muro de suporte de terras da Associação Desportiva Nogueirense, uma entidade sobejamente conhecida por todos nós e no Distrito de Coimbra e a nível Nacional. Tratava-se de um muro de suporte de terras que estava em risco de ruir para a via pública. Não houve atrasos e não se andou a “empurrar o problema com a barriga”, foi logo subsidiada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, como não podia deixar de ser, e sem encargos para a Associação Desportiva Nogueirense.

Conseguimos fazer muitas obras e também conseguimos fazer festas sustentáveis e quisemos proporcionar à população da Freguesia de Nogueira do

Cravo, e a todos os visitantes, momentos de lazer, de convívio, de união e sem grandes encargos, para os cidadãos que passaram dois anos muito difíceis.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Dr. Manuel Maria Golegã da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui três pontos: Um agradecimento, uma sugestão e um alerta.

Um agradecimento relativamente a todas as intervenções que a Câmara Municipal tem feito na Ilha do Picoto o que permite termos a nossa Praia Fluvial em condições para receber todas as pessoas que nos visitam durante a época balnear. Este ano também houve um investimento significativo por parte da Junta de Freguesia, em novas casas de banho e no bar, o que melhorou bastante a qualidade da nossa Praia Fluvial.

A sugestão que trazia aqui é relativa a um problema com que nos deparámos este ano, não só em Avô e acho que em outras Freguesia também, em relação aos Nadadores Salvadores. Nós não conseguimos arranjar um Nadador Salvador e felizmente durante a época balnear não aconteceu nada de relevante para que fosse necessária a intervenção desse Nadador Salvador.

Gostava de deixar aqui uma sugestão: Para o ano, e penso que já fizeram estes cursos, era abrir um curso para Nadadores Salvadores em que as pessoas que se inscrevessem teriam que fazer pelo menos uma época nas Praias Fluviais do Concelho.

O alerta que vou aqui deixar é em relação a um muro que existe na estrada que liga Avô a Pomares. Houve um abatimento na estrada, e no ano passado o inverno não foi muito rigoroso mas este ano não sabemos, e aquilo poderá vir a causar problemas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Duas ou três notas antes de apresentar uma Moção: O Raúl falou, e muito bem, da importância das nossas coletividades e associações para o retomar da normalidade da vida coletiva de convívio e das relações entre nós.

Nessa linha de retorno da normalidade da vida associativa e cultural do Concelho, vamos realizar nos dias doze e treze de novembro a décima nona Feira do Porco e do Enchido, um certame cuja qualidade e impacto público é conhecido pelo Município. Para além do convite que quero deixar a todos, deixo de novo um desafio à Câmara Municipal para que apoie esse evento na medida do valor que lhe reconhece. Também realizámos recentemente a

iniciativa do Ciclo do Pão, uma iniciativa que temos vindo a realizar anualmente no fim das colheitas com descasca do milho, com a malha, com os momentos de convívio que tiveram a participação musical do Rancho do Seixo da Beira e depois de uma maneira tradicional com a sardinha em molho de escabeche e albardada e os bolos de farinha de trigo e que o Sr. Presidente da Câmara Municipal teve oportunidade de degustar.

Uma nota ainda para esta questão que aqui foi levantada sobre o saneamento básico: Eu creio que em pleno século XXI essa devia ser uma prioridade absoluta de qualquer autarquia. Na nossa Freguesia isto já foi transmitido à Câmara Municipal: Há, pelo menos, cinquenta casas que não têm saneamento básico, bairros inteiros, o Bairro da Reguenga continua sem saneamento básico. Sabemos que o dinheiro não navega à vista mas solicitamos que esta necessidade seja incluída numa próxima candidatura do Município ou das Águas Serra da Estrela.

Passava a ler uma Moção, e espero que seja votada favoravelmente, e que tem a ver com a redução do horário de funcionamento dos postos do CTT, nomeadamente no Posto de Correios na Junta de Freguesia de Meruge e creio que em outras Juntas de Freguesia de pequena dimensão. O texto que trago diz o seguinte:

*“Moção - Contra a Redução do Horário de Funcionamento Imposto pelo CTT, no Posto de Correios na Junta de Freguesia de Meruge e nas outras Juntas de Pequena Dimensão.*

*A Junta de Freguesia de Meruge, no Concelho de Oliveira do Hospital, tem desde dois mil e três em funcionamento, o Posto de Correios 9903444. Em dois mil e vinte e um, aderimos às condições do novo Protocolo da ANAFRE com os CTT - Correios de Portugal, SA, tendo para o efeito celebrado o respetivo Contrato de Prestação de Serviços, em vinte e três de abril desse ano.*

*Em treze de julho de dois mil e vinte e dois, a Junta de Freguesia de Meruge, foi visitada pelo Sr. José António Esteves Gonçalves, Gestor Comercial dos Canais Externos B2C, dos CTT, que nos veio impor a redução para três horas diárias do funcionamento do nosso Posto de Correios e a redução para cerca de trezentos euros da remuneração associada.*

*Tendo em conta, que um dos pressupostos para a celebração da parceria para a prestação de serviços postais pelas Juntas de Freguesia associadas da ANAFRE, em vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte, era a proximidade do CTT às populações, através do poder local, como se explica a mudança de paradigma e o manifesto afrontamento do princípio do serviço público, que*

*atualmente prestamos às populações rurais, substituindo os CTT - Correios de Portugal, SA esse princípio pela lógica da vertente financeira e do lucro?*

*A prepotência dos CTT, de alterar unilateralmente o Protocolo em vigor sobre os Postos de Correios na Juntas de Freguesia, fere gravemente o princípio do Serviço Público Universal, a que o CTT está obrigado e constitui um violento ataque às populações das pequenas freguesias rurais, contribuindo, sobremaneira, para a desertificação desses territórios.*

*Assim, reunida em sessão ordinária, a trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, manifesta o seu repúdio a esta medida unilateral do CTT, que vem contrariar o manifesto interesse das populações, ao mesmo tempo que denunciam a lógica subjacente à decisão (redução do número de atendimentos), que levará, a breve prazo, ao encerramento total dos postos de Correios nas Juntas de Freguesia. Os eleitos na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, reclamam a reversão imediata da medida.*

*Uma vez aprovada, esta Moção deve ser enviada à Administração do CTT, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República e ao Sr. Ministro das Infraestruturas.”*

Dizer ainda: O Posto dos Correios, pelo menos na minha Freguesia, é quase um Centro de Dia porque as pessoas vão lá a qualquer hora e aproveitam para conversar. Não é apenas o dinheiro que nos move é o atropelo que está a ser feito a um direito dos cidadãos.

O Posto de Correio que funciona na Junta de Freguesia é mais do que um mero balcão comercial, é, de facto, um elemento de apoio e de carinho para com a população e nós temos que preservar isto se queremos preservar a qualidade de vida da nossa população e se queremos fixar as pessoas nos locais onde elas se sentem bem e que são as suas Freguesias.”

Seguidamente a Moção Contra a Redução do Horário de Funcionamento Imposto pelo CTT no Posto de Correios na Junta de Freguesia de Meruge e nas outras Juntas de Pequena Dimensão foi colocada à discussão e foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta questão eu penso que isto não atinge todos os Postos dos CTT do Concelho, só atingiu a Freguesia do João Abreu, e não sei se haverá mais algum caso. Penso que o João Abreu tem toda a razão porque

realmente o Posto dos CTT às vezes é um ponto de encontro das pessoas. Esta Moção deve ser votada favoravelmente.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia que fez a seguinte intervenção:

“Venho fazer uma declaração de voto antecipada: Não discordando com o conteúdo e com o que motiva a Moção, continuo a entender que de facto os CTT são necessários e são uma forma de proximidade às pessoas, nomeadamente no meio rural onde a deslocação para o centro mais urbano torna-se difícil e complicado para as pessoas mais idosas e com pouca mobilidade, mas, como devem compreender, tenho que me abster.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta Moção dizer que o Município de Oliveira do Hospital através do Gabinete de Apoio à Freguesias e por indicação do Presidente da Câmara Municipal acompanhou e apoia esta justa reivindicação da Junta de Freguesia de Meruge e já tive oportunidade de o transmitir numa reunião sobre o tema, e, no devido tempo, quando foi colocada a questão e quando foi dado conta do problema à Câmara Municipal, acompanhámos e reforçámos a posição junto das entidades que representam os CTT. Mas também porque estou nesta posição com consciência e estou aqui em defesa do território do Concelho de Oliveira do Hospital mas também estou aqui com a consciência que tenho que ser parte ativa na defesa de uma parte importante do que é um Portugal inteiro. Não há dois Portugal. Há um Portugal inteiro, com regiões autónomas, e eu defendo esse Portugal igual e esse Portugal inteiro e, tenho que dizer e vou transmiti-lo, aqui, sem qualquer reserva, que, de facto, no meu entendimento, os CTT nunca fizeram por cumprir integralmente o serviço público que lhes está concessionado. E também quero dizer que ajustar no futuro nunca vai acontecer. Menos, hoje, será muito menos, amanhã, e a seguir, talvez o fim e, por isso, a cautela e a pressão. Os CTT são concessionários de um bem do Estado Português, dos cidadãos Portugueses e, por vezes, não estão a cumprir essa concessão que o Estado Português lhes atribuiu. E o Estado, estando a negociar a concessão, tem que ter atenção a uma evidência óbvia que cada um de nós em cada comunidade e no exercício da nossa cidadania vamos verificando, a degradação acelerada do serviço dos CTT, e temos que ter consciência disso, e temos que levantar a voz e dizê-lo. A fraca proximidade à

população, de facto quem mais precisa, a população mais idosa e com menos mobilidade, vai ter serviço encurtado e de menor frequência.

Os objetivos estratégicos dos CTT, às vezes, até parece que não passam por ser Correios de Portugal, querem ser um banco, aproveitando os milhares de euros que passam por lá de vales de reformas e etc, e aproveitando a rede dos postos para captar recursos. Onde se lia CTT, hoje, praticamente já só se lê Banco CTT e fazer venda de bens e entregas de encomendas como empresas da especialidade privadas. Os CTT, por vezes, parece que já nem existem, o que existe é um serviço prestado pelas Juntas de Freguesia, e saúdo as Juntas de Freguesia, sob a insígnia CTT.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Também quero dizer que me associo a votar favoravelmente e que estarei disponível para levar isto a uma Comissão das Autarquias Locais para discutir este problema dos CTT.

Passaríamos de seguida à votação da Moção Contra a Redução do Horário de Funcionamento Imposto pelo CTT, no Posto de Correios na Junta de Freguesia de Meruge e nas outras Juntas de Pequena Dimensão.”

Efetuada a votação, a Moção - Contra a Redução do Horário de Funcionamento Imposto pelo CTT, no Posto de Correios na Junta de Freguesia de Meruge e nas outras Juntas de Pequena Dimensão, foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sra. Cátia Sofia da Cruz Alves, que fez a seguinte intervenção:

“Na minha intervenção destaco em primeiro lugar o Arraial Social dinamizado em Alvôco das Várzeas, uma festa com um conceito diferente, formativo, cultural e solidário. Agradeço a todos os que ajudaram na sua realização: Às associações de Alvôco das Várzeas, porque unidas conseguimos obter o nosso Arraial; À Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal; Aos Presidentes de Junta de Freguesia que colaboraram com a nossa Manta de Retalhos que em breve será exposta. Também agradeço a todos os que estiveram presentes e que naqueles dias de setembro passaram pela nossa Freguesia.

Depois, venho alertar para o tempo invernal que se espera em breve e para a situação que continua sem resolução e que preocupa todos os Alvocences. Refiro-me à problemática existente no Caminho das Eiras, apelando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o diálogo e a máxima urgência para solucionar em conjunto esta situação.

Referir também a fantástica época banhar que tivemos onde, mais uma vez, a Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas teve o seu reconhecimento. Contudo, deixar o alerta para no futuro nos antecipar naquilo que concerne aos Nadadores Salvadores. Precisamos deles mas não podemos deixar reféns os concessionários nem as Juntas de Freguesia. Falo isto devido ao orçamento reduzido que tenho e daquilo que os Nadadores salvadores pedem. Além disso, friso a dificuldade que foi para contratar este ano o Nadador Salvador mas que, depois, acabámos por conseguir. Sabendo que a nível nacional também houve este problema porque existe esta escassez. Apelo ao planeamento estratégico, para o próximo ano, nesta matéria.

Por fim, apesar de termos agora em Alvôco um espaço importante como o Balcão SNS 24 não podemos deixar de continuar a lutar pela colocação de um médico para o Posto de Saúde de Alvôco das Várzeas, pedindo também à Câmara Municipal o auxílio para uma Freguesia com as características tão próprias que nós temos, uma Freguesia distante da Sede de Concelho e uma Freguesia com a população mais envelhecida e onde os cuidados de saúde primários são muito importantes.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui regozijar-me por duas boas notícias que esta semana recebi. A primeira boa notícia: Foi-me comunicado pela empresa que adjudicou as obras da requalificação do piso da Rua dos Oleiros até à Estrada Municipal em Ervedal da Beira. É uma situação que já vem sendo reclamada há muito tempo. Quero agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que na altura era Presidente da Câmara Municipal, pelas diligências que fez junto das Águas de Lisboa e Vale do Tejo no sentido de serem eles a assumir essas obras de requalificação porque foram as Águas de Zêzere e Coa, no mandato do Prof. Mário Alves, que danificaram o piso daquela rua. As obras vão começar num curto prazo e fico satisfeito porque as pessoas já reclamavam esta obra há muito tempo.

A outra boa notícia, e que é meia boa notícia, é a seguinte: Também tivemos conhecimento que as Infraestruturas de Portugal vão requalificar o piso da EN 230 no troço que sai do Ervedal em direção à Ponte da Atalhada no limite do Concelho. Não vão requalificar todo esse troço mas vão requalificar a parte que já estava bastante deteriorada e que é do Ervedal ao cruzamento à saída de Fiais da Beira que dá acesso para Tábua.

É uma boa notícia mas é somente uma meia boa notícia porque acho que se devia continuar a insistir com as Infraestruturas de Portugal no sentido de requalificarem o restante da EN 230, porque a responsabilidade é deles, até à Ponte da Atalhada no limite da União de Freguesias, no limite do Concelho e no limite do Distrito.

Dizer ainda o seguinte: Quem não anda distraído, e seguramente penso que as pessoas não andam distraídas, porque todos nós estamos a assistir e a viver novos tempos e que têm a ver com o agravar das situações económicas e financeiras de vários tipos que o nosso País, a Europa e o Mundo estão a atravessar. Bem sabemos que há dificuldades de vária ordem, tenho até ouvido notícias de Municípios que, hoje, não realizam obras por falta de dinheiro porque o aumento dos preços das empreitadas está a ser uma realidade muito forte e, isto, também atinge os privados.

Hoje estamos a viver uma insegurança tremenda com o problema da inflação, com o problema do aumento dos preços dos materiais e, isto, efetivamente constitui um problema sério e vamos ver como vai ser a evolução daqui para a frente! Deduzo eu que continuará a ser gravosa. Também me preocupa o que se passa no nosso Município, todos nós sabemos e já tivemos conhecimento do grande volume de obras que o anterior Executivo lançou, realizou e candidatou a Fundos Comunitários. São muitos milhões de euros em investimentos, coisa que nunca aconteceu no nosso Concelho! Preocupa-me esta situação porque é muito dinheiro e, com o aumento dos preços das mercadorias o que provoca um aumento no preço das empreitadas, obviamente que o impacto irá ser também de muitas centenas de euros ou milhões de euros, e, isso, irá recair seguramente no orçamento dos Municípios. É essa informação que eu gostaria de pôr ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido de nos dar, aqui, uma imagem do que se passa no nosso Concelho em termos das obras que eventualmente já tenham sido executadas, como, por exemplo, o Parque dos Marmelos: Quanto dinheiro foi gasto? Quanto dinheiro é que foi conseguido? Quanto é que a Câmara Municipal já pagou? Quanto dinheiro é que a Câmara

Municipal tem a receber? Quando é que foi pago aos empreiteiros? Quanto é que se deve? Isto preocupa-me e acho que nos deve preocupar a todos nós!

Sou Presidente de Junta de uma União de Freguesias e estão outros colegas aqui dentro que também criaram expectativas para o mandato de quatro anos, em termos de benefícios para as populações, e temos que ter alguma consciência das dificuldades que o Município poderá enfrentar e que possam pôr em causa também aquilo que serão realizações nas nossas Freguesias.

Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos desse uma perspetiva do momento atual e eventualmente uma perspetiva futura e os aspetos negativos que poderão pesar no orçamento Municipal.

Dizer ainda o seguinte: Estranho muito que há pouco tenha vindo aqui um Deputado Municipal do PSD desafiar-nos para irmos fazer manifestações!

Muito sinceramente eu estranhei muito porque tiveram a oportunidade há uns tempos, em que se estavam a defender coisas que eram efetivamente de grande necessidade de defesa, e que era, na altura, a questão da requalificação da EN 17, e um momento extremamente difícil que se viveu em termos do Centro de Saúde e da assistência às pessoas na área da saúde, devido à falta de médicos e, na altura, achou-se, por bem, fazer uma manifestação para ouvirem a nossa voz. Penso que deu algum resultado porque a EN 17 foi requalificada. Na parte do Centro de Saúde nem tudo está bem, porque não está! Mas, a partir daí, houve alguma melhoria, mas já toda a gente se esqueceu que nessa altura estavam dezasseis mil e quinhentos Oliveirenses sem médico de família e, isto, era uma situação extremamente gravosa na área da saúde.

E estranho muito que o PSD venha hoje pedir aqui manifestações porque eles nem sequer se dignaram a marcar presença para defender os interesses do nosso Concelho.

Meus amigos, penso que essa foi uma intervenção muito infeliz da vossa parte!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Queria trazer aqui apenas duas notícias. A primeira é regozijar-me porque dois anos após a pandemia reativámos a Feira Moçárabe de Lourosa. Este evento prova que estamos vivos e que esta feira é para continuar. Este ano a Feira Moçárabe terá moldes diferentes. Devido às obras que foram efetuadas no adro da Igreja Moçárabe de Lourosa tivemos que reconfigurar a feira e dar-

lhe outra dinâmica. Envolvemos neste evento o movimento associativo, nomeadamente na parte da restauração.

Quero agradecer a colaboração inexcelável por parte do Município para a realização desta feira.

A realização da Feira Moçárabe de Lourosa implica um esforço financeiro muito grande por parte da Junta de Freguesia.

Queria lançar aqui o repto, nós temos o adro da igreja concluído e pensávamos também fazer este ano a dita inauguração. Acho que também era importante assinalar este momento.

Este ano a Igreja comemora uma data mítica, 1110 anos. Lançava aqui o repto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao restante Executivo para que no próximo ano e é um esforço financeiro que também vamos poupar este ano e canalizávamos este esforço financeiro para 2023 e ao longo do ano fazíamos um conjunto de iniciativas para assinalar esta data.

E lançava também aqui o desafio ao Sr. Presidente, até porque tenho uma data histórica na Freguesia, de trazer alguém do Governo pela primeira vez à Freguesia de Lourosa.

Lançava também aqui um repto um pouquinho mais ambicioso, por exemplo, lançava o desafio para colocarmos um cartaz naquela Rotunda à saída do IC6 e à entrada da EN 17, se calhar, logo no início do ano, a apelar, a divulgar esta efeméride dos 1111 anos, um cartaz bem apelativo.

Saúdo a Comissão da Fábrica da Igreja por ter feito umas obras na pintura da Casa Paroquial. Digo isto com emoção porque passámos um tempo difícil, passámos o Cabo das Tormentas com aquela obra e agora é um orgulho e também vejo que, se calhar, as pessoas mudaram de ideia relativamente àquele espaço. Portanto, se calhar, em bom momento passámos estas dores de cabeça, o Cabo das Tormentas, e hoje em dia também estamos a potenciar aquilo que é a nossa joia da coroa.

Contem, como sempre, com a Junta de Freguesia de Lourosa para dignificar aquele espaço e potenciar a Igreja Moçárabe.

Sr. Presidente, sei que não vai deixar passar isto em vão e vamos canalizar as energias para um ano de 2023 em que comemores com efusividade os 1111 anos da nossa Igreja Moçárabe.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“É com muita alegria que eu vou ouvindo as intervenções dos diversos Deputados e hoje curiosamente as intervenções dos Deputados do PSD, por uma razão muito simples. O PSD, através dos seus Deputados, e muito bem, e agradeço-lhes novamente, vêm aqui e lembram. Lembram o que está a acontecer: Terminou a obra do Parque dos Marmelos, temos obra na Zona Industrial, temos obra na Casa da Cultura, temos obra na Zona Histórica. Depois, também temos a Casa Amarela, mas, temos mais! Temos a instalação de gás natural. A grande questão que aqui está é exatamente essa! Com certeza que nenhum dos Srs. Deputados, até porque têm experiência municipal na sua grande maioria, mas nenhum de vós esteve com nenhum Executivo Camarário, fosse de que cor política fosse, que gostasse de ter obras a correr mal. E a razão desde logo é muito simples, eu não tenho ideia, se eventualmente assim não for corrijam-me, não me parece que seja o Executivo da Câmara Municipal, e muito menos o Sr. Presidente, a escolher quem faz as obras.

As obras públicas que são executadas, que estão em curso, eventualmente estão atrasadas e têm problemas, que estão a decorrer no nosso Concelho, estão a ser executadas por aqueles que ganharam concursos públicos devidamente transparentes.

Portanto, tentar aqui chegar e despejar em cima do Presidente da Câmara Municipal aquilo que são os eventuais atrasos ou problemas de uma obra que está a decorrer, ainda que se lamente que se estraguem os carros, ainda que se lamente o pó, ainda que se lamente a lama, mas, meus amigos, ninguém começa a obra hoje e amanhã tem a obra pronta. Não é possível, digo eu que não sou engenheiro!

Agora, a grande questão é esta: As obras estão em curso. E, mais, mesmo aquelas que correm mal, mesmo aquelas que já deviam estar terminadas, e todos sabemos quais são. A emblemática Casa da Cultura, já aqui foi dito por uma Deputada do PSD numa Assembleia anterior “*aqui não se faz nada pela cultura, não existe cultura e porquê? Porque não há uma Casa da Cultura.*” Mas, há, e está a ser feita e a obra não está a decorrer como a Câmara Municipal deseja.

Agora, também vos digo, Srs. Deputados, também era possível resolver as questões das obras que correm mal muito rapidamente com uma declaração de Posse Administrativa e, assim, corria-se com o empreiteiro e fariam novo concurso.

Mas, meus senhores, o Concelho é constituído por pessoas e essas pessoas têm necessidade de trabalhar. Curiosamente, a maioria das obras que não estão a correr assim tão bem, estão adjudicadas a empresas do nosso

Concelho, e à Câmara Municipal ninguém lhe pode apontar que contribuiu de alguma forma para que essas empresas fechassem as portas e que os trabalhadores dessas empresas, ao invés de continuarem a trabalhar, estejam subsidi dependentes da Segurança Social.

Se calhar, a Câmara Municipal tem uma responsabilidade e que é ter privilegiado o diálogo, ter privilegiado o consenso, pretender que as coisas corram da forma menos problemática possível mas, se este defeito fizer com que pessoas do nosso Concelho mantenham o emprego, parece-me que é um defeito que todos nós devemos suportar.

Para terminar, dizer o seguinte: Essas obras existem e também existe a atual conjuntura económica e financeira nacional e internacional, que já foi referida pelo Deputado Carlos Maia. Aquilo que isso implica, no que toca ao acréscimo dos custos das obras, no que toca ao acréscimo dos custos dos serviços pelas diversas instituições públicas e, hoje em dia, a Câmara Municipal tem responsabilidades que nunca teve, nomeadamente na educação e, isso, tem custos. Todas estas situações vêm criar um esforço enorme sobre a Câmara Municipal. Até hoje, dia trinta de setembro, a Câmara Municipal não prescindiu de fazer uma obra, não parou uma obra, uma adjudicação, um projeto e continua, e continuará, a fazer aquilo que tem de fazer e que é pugnar pelo bem de Oliveira do Hospital e dos Oliveirenses.

Conte connosco, Sr. Presidente, para aquilo que entender necessário e, também, nesta questão económico-financeira, aquilo que for necessário nesta Assembleia Municipal aprovar para que não se tenham os constrangimentos que infelizmente e no passado não muito distante já tivemos, à conta de cortes brutais nas orçamentações do poder local e cá estaremos para dar o nosso sim e para aprovar o que for necessário.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Várias questões foram aqui colocadas, e haveria muito por onde começar, e foram inventariados um conjunto de iniciativas, e começo por aí. Começo com uma das maiores riquezas do Concelho de Oliveira do Hospital: As nossas gentes, as nossas comunidades, a nossa capacidade de trabalho, a nossa capacidade de organização.

Saudar, dois anos depois da pandemia, a força e a garra de todas as nossas comunidades que fizeram reerguer eventos e estão a preparar outros eventos que dinamizam o Concelho, que trouxeram e trazem alegria e força ao Concelho de

Oliveira do Hospital e o projetam na esfera regional e nacional. O evento do Arraial Social, em Alvôco das Várzeas, a Feira Moçárabe, em Lourosa, A Festa do Senhor dos Aflitos, as Festas de Gramaços, a Festa das Vindimas, a Feira de São Tiago, a Festa na Zona Histórica, a Festa dos Bolos e Bôlas, no Seixo da Beira, e muitos outros eventos, demonstram a nossa capacidade e não têm que agradecer o apoio da Câmara Municipal. O Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo têm é que agradecer à gente que se juntou e à energia que se colocou para pôr de pé estes eventos que devolveram a alegria ao povo, aos cidadãos, e, por cada iniciativa, projetaram o nome de Oliveira do Hospital. E foi esse também o fito da EXPOH. O fito da EXPPOH foi objetivamente, e numa versão mais reduzida e num outro conceito, projetar Oliveira do Hospital. E foi um sucesso! Foi um sucesso de público, foi um sucesso de satisfação e foi um sucesso de visibilidade e notoriedade, pelos números atingidos e pela redução de custos de investimento, e tivemos que o fazer.

Começámos o ano com cortes orçamentais, na ordem dos setecentos e vinte e cinco mil euros, por parte do Orçamento de Estado. Ou seja, menos setecentos e vinte e cinco mil euros de receita, e tivemos que nos ajustar, mas não cortámos na educação, não cortámos nas coletividades, não cortámos na cultura e no desporto, não cortámos no apoio às Juntas de Freguesia. Tivemos que nos ajustar porque continuamos a querer investir no Concelho, queremos continuar a ter um Concelho vivo e dinâmico.

E começava por aí: Todos os eventos e aqueles que a breve trecho vão acontecer, a Festa da Castanha, em Aldeia das Dez, a Feira do Porco e do Enchido, são essa dimensão de projeção regional e nacional de Oliveira do Hospital. Agradecer esse esforço de organização. O Município cá estará a cada momento para fazer a sua parte, para tornar grande aquilo que as gentes de Oliveira do Hospital já fazem grande. E quando digo as gentes de Oliveira do Hospital refiro-me à comunidade de Aldeia das Dez ou à comunidade de Meruge. Por isso, no momento da avaliação dos eventos, cá estaremos para os ajudar a crescer.

Quanto à Feira do Porco e do Enchido já discutimos o figurino e queremos-la grande e mobilizada e a Laje Grande cheia de gente.

E em 2023 queremos que a Igreja Moçárabe de Lourosa, nos seus mil cento e onze anos, esse ponto de encontro de culturas, de cristãos, de islamitas e de judeus sefarditas, e projetar a Igreja Moçárabe de Lourosa enquanto grande monumento que representa o diálogo de culturas, a interceção de culturas e o diálogo de civilizações. Por isso é que já estamos a fazer o nosso caminho à

procura de parceiros para dar uma dimensão porque aquele templo com mil cento e onze anos, anterior à nacionalidade portuguesa, representa isso mesmo, a coabitação pacífica daqueles povos num tempo anterior à nacionalidade portuguesa. O potencial simbólico que tem aquele monumento, com mil cento e onze anos, sob a égide do diálogo de cultura e o diálogo de civilizações numa altura em que isto anda aqui muito tenso, existe de facto um conflito de civilizações. Nós temos em Lourosa um símbolo de união, força e coabitação pacífica dos povos.

O problema nunca será a colocação do *Outdoor* e muito menos ensombrar qualquer *Outdoor*. Isso nunca será um problema. O *Outdoor* será uma forma de promover o nosso património e lembrar a quem passa, e passa muita gente pela Estrada Nacional 17, que há ali um Monumento Nacional que tem mil cento e onze anos e tem uma simbologia fantástica. E vamos trabalhar para lhe dar essa dimensão.

Obviamente que a atividade da Câmara Municipal não tem parado e ela é feita de coisas que acontecem muito bem, e outras que acontecem mais ou menos bem, e outras que acontecem menos bem e, se calhar, outras que acontecem mal. Mas algum dia foi diferente? Estamos aqui com serenidade para ouvir as críticas, corrigir as situações, e, acima de tudo, trabalhar.

Sobre o Parque dos Marmelos, é importante dizer o quê? Era um espaço que ali estava meio abandonado e com subutilização. Fez-se o investimento, valorizou-se aquele parque, valorizou-se a sua componente verde, de corredor ecológico. Hoje, Oliveira do Hospital dispõe de dois pulmões verdes, um investimento de oitocentos mil euros, um investimento que faz parte de um trabalho de um Executivo, que eu tive a honra de pertencer, presidido pelo Prof. José Carlos Alexandrino, hoje, Presidente da Assembleia Municipal. E, digo, sem problemas nenhuns, foi um trabalho fantástico e feito na conquista para Oliveira do Hospital do maior PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, acima de cinco milhões de euros, para concretizar obras de regeneração e valorização do espaço urbano de Oliveira do Hospital, porque os PEDU eram para regeneração urbana das cidades. E fizemos aquele investimento e foi um investimento que nos deu muita satisfação fazer. Temos dois pulmões verdes na cidade de Oliveira do Hospital, o espaço estava abandonado e, hoje, está valorizado. Hoje, o espaço é multifunções e até tem um Parque Canino, que não é de somenos importância numa altura em que as pessoas dão muito valor a este tipo de investimentos, e também tem um Skate Park, e também tem uma Parede de Escalada, e também tem uma frente ribeirinha, e tivemos o cuidado de não

impermeabilizar o solo porque está lá uma grande reserva de água. Portanto, há ali um espaço para fazer de tudo, e está ali um espaço com todas as condições, um investimento que deve ser assinalado.

Há outros investimentos: Na Zona Industrial nós queremos que a obra ande rápido e que esteja concluída, quanto mais depressa estiver concluída mais depressa atribuímos os lotes, ou vocês pensam que eu tenho algum gosto ou algum prazer especial em que a obra se prolongue no tempo? Mas, de premeio, tivemos que lidar com várias situações e tivemos que criar, enquanto estava a decorrer a empreitada, uma unidade de abastecimento de gás natural que valorizou a cidade, deu centralidade à cidade, deu competitividade à cidade e à Zona Industrial de Oliveira do Hospital.

Quantas Zonas Industriais se podem gabar de ter uma unidade de abastecimento de gás natural como tem a Zona Industrial de Oliveira do Hospital?

Obviamente que a obra causa constrangimentos e sucessivamente pedimos desculpa às pessoas. Há uma coisa que é certa, nós e os Serviços Técnicos da Câmara Municipal “não largamos o empreiteiro” para que as condições de circulação, numa zona que está em obra, sejam acauteladas e, atenção, não somos macios a exigir cuidados. Recentemente conseguir-se melhorar a sinalização da obra e criar um percurso alternativo e não é por falta de avisos e permanentemente andarmos em cima do empreiteiro que as situações das depressões na estrada, numa zona que está em obras e que está a ser criada outra faixa de rodagem. A obra obviamente que cria problemas e sei que precisa de mais rapidez de execução e precisam de ser mitigados os efeitos da intervenção. O nosso esforço é para que a obra se concretize.

E, por falar em obras, e porque foi questionado, nomeadamente pelos Srs. Deputados Rui Monteiro e Carlos Artur Maia, o ponto de situação das obras. O Município faz o seu trabalho, e faz o seu trabalho com sentido de missão e sem quebras de ânimo, e quero dar-vos conta do seguinte: No período de janeiro de 2022 até 31 de agosto de 2022, os dados são de hoje, o Município de Oliveira do Hospital tem de investimento em obras o valor de dois milhões novecentos e oitenta e sete mil quatrocentos e vinte euros e quarenta e um cêntimos, quase três milhões de euros de investimento em várias obras. Obras com Financiamento Comunitário que já originaram um milhão e quinhentos mil euros de reembolso de Fundos Comunitários. Mas, em projetos, em obras não financiadas, que saem do Orçamento Municipal, investimos, no mesmo período de janeiro de 2022 até 31 de agosto de 2022, quinhentos e nove mil oitocentos e

quatro euros e sessenta e cinco cêntimos. Estamos a falar, no total, de três milhões e meio de euros de investimento, com um reembolso de fundos comunitários na ordem de um milhão e quinhentos mil euros, e estão aqui já trabalhos complementares e todo o acréscimo de custos dessas obras.

Também quero ser justo e expressar publicamente o reconhecimento e o valor do trabalho das equipas de engenharia da Câmara Municipal, da equipa dos fundos comunitários, de todos os funcionários que contribuem para este desempenho e para a pressão que é elevada mas as respostas têm sido profissionais e são de louvar. Fica aqui a manifestação de todo o Executivo por este trabalho técnico mas também o trabalho e a capacidade de resposta dos vários empreiteiros para a necessidade de executarmos obra.

Sim, também devo dizê-lo, temos honra no trabalho desenvolvido. Sim, estamos preparados para os desafios complexos que estão aí pela frente. A taxa de inflação está em 9,3 %, em setembro, é o valor mais alto dos últimos trinta anos. Em agosto a taxa de inflação estava em 8,9 % e no final do mês de setembro está em 9,3 %.

Não sou eu que invento a inflação, ela está ao nível de outubro de 1992. Temos uma taxa de inflação próxima de 10 %, e esta é a taxa de inflação oficial do INE, e obviamente que tem impacto: Tem impacto nos preços das empreitadas; Tem impacto nas revisões de preços; Tem impacto numa série de circunstâncias. E há falta de mão-de-obra, e há falta de materiais, e há empreiteiros que têm três e quatro contratos para executar, e fazem uma intervenção numa empreitada e, depois, migram para outra, e, assim, sucessivamente. Esta é a realidade do País! E, por isso, é que as obras têm vindo a arrastar-se, mas estamos à vontade porque com estes números, três milhões e meio de investimentos, e pagamos a nove dias, é o prazo médio oficial da DGAL do pagamento da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, e temos orgulho neste desenvolvimento e neste desempenho.

Também dizer-vos que não paramos e continuamos. Ainda esta semana chegou a aprovação de oitocentos e sessenta mil seiscentos e oitenta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos de investimento, PRR a 100 %, no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, candidaturas feitas e aprovadas. E também vos vou dizer, sabendo os riscos que estou a correr, mas, a vida é feita de riscos e temos que dar tudo pelo Concelho com confiança e em tempos difíceis para o País e para a Europa. Digo isto à vontade, em outubro herdámos uma Câmara Municipal, presidida pelo Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, com boa saúde financeira. Começámos a perceber, no final do ano, que havia

um ligeiro acréscimo de custos por causa da inflação, nomeadamente as questões do ferro, os combustíveis. Depois do início da guerra na Ucrânia os preços começaram a disparar e tudo se começou a complicar na vida das pessoas, na vida das famílias, na vida das empresas e também na vida das autarquias, e estamos cá para fazer face a essas dificuldades. Posso também informar-vos, porque falaram aqui em cuidados de saúde, do seguinte: Nunca abandonaremos as nossas populações relativamente aos cuidados de saúde, estaremos sempre na linha da frente junto da ARS e do Ministério da Saúde. Sei que tenho na pessoa do Sr. Deputado José Carlos Alexandrino Mendes um aliado para esta batalha de melhorar os cuidados de saúde em Oliveira do Hospital, seja reforçando os Assistentes Técnicos que são necessários nas Extensões de Saúde, seja reforçando o pessoal de enfermagem, seja reforçando o número de Médicos. Não, não vamos abandonar Alvôco das Várzeas, nem vamos abandonar nenhuma Freguesia, estaremos sempre sistematicamente onde for preciso, a dialogar com quem for preciso, a mostrar os nossos argumentos para que sejam repostos recursos humanos para que tenhamos melhores cuidados de saúde à população. Estamos aqui para servir a população, fomos eleitos para servir a população e os cidadãos do Concelho de Oliveira do Hospital é que são a nossa primeira prioridade.

Dizer-vos que, também na senda do investimento na área da saúde, sempre lutámos por obras de remodelação no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital e conseguimos sinalizar no PRR um investimento que é fruto da capacidade de diálogo junto do setor da saúde, sinalizámos um projeto de um milhão e cem mil euros. Avançámos para os projetos de arquitetura para fazer a candidatura. Essa candidatura, que entrou esta semana, é de dois milhões trezentos e trinta e cinco mil euros. Ou seja, mais do que duplicou o preço. Ou seja, entre o sinalizado no PRR, um milhão e cem mil euros, e a candidatura, dois milhões trezentos e trinta e cinco mil euros, são, a mais, um milhão e duzentos mil euros. Mas vamos em frente porque acreditamos e porque achamos que vamos conseguir os nossos objetivos vamos com confiança, vamos com determinação, podem contar com isso, e sabendo que duplicou o custo mas queremos investir na melhoria dos cuidados de saúde à nossa população. Isso é certo!

Há pouco falaram na Casa da Cultura. Vou dizer isto sem problemas nenhuns: A questão está a ser dialogada. Com toda a seriedade, quero dizer-vos o seguinte: Se o problema fosse fácil já estava obviamente resolvido e assumimos que temos vindo a trabalhar sem quebras de ânimo e estamos a

trabalhar para encontrar soluções. Por isso, e também o assumimos aqui, é evidente que reconhecemos que há um atraso considerável na execução da obra mas também é inequívoco que não estamos perante uma não execução integral da candidatura nem os objetivos essenciais previstos no projeto vão deixar de ser escrupulosa e integralmente cumpridos. O Executivo Municipal está a trabalhar com seriedade e ouvindo as partes na construção de uma plataforma de entendimento com vista à célere conclusão de todos os trabalhos, estando os intervenientes, empreiteiros, que são empresas do nosso Concelho, e é preciso não esquecer-lo, e o Município de Oliveira do Hospital profundamente empenhados em ver a obra finalizada o mais rapidamente possível e informada a CCDR de toda a situação.

Bem sabemos que existem várias possibilidades e diferentes caminhos. Conhecemos e estudámos todas as possibilidades. O caminho que escolhemos trilhar é aquele que, depois de ponderadas todas as variáveis, acreditamos que assegura os melhores interesses dos Oliveirenses, é aquele que permite que um equipamento chave da nossa cidade esteja o mais rapidamente possível ao serviço da comunidade sem comprometer as nossas empresas, os seus trabalhadores e as suas famílias. É evidente que queremos a obra concluída no imediato, no curto prazo, com uma solução que acautele o interesse público e a conclusão dos trabalhos. Este é o nosso caminho.

Críticas? Sim, fazem parte da vida democrática! Sabemos ouvir e aprender com essas mesmas críticas. Ao Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo Municipal cabe resolver os problemas e cá estamos firmes e determinados para tal. Agora é fazer o caminho com convicção e é isso que vamos fazer.

Relativamente à questão que foi colocada sobre a requalificação dos balneários e de toda a área social do Estádio Municipal, dizer o seguinte: O procedimento já foi aprovado em reunião de Câmara Municipal e a obra naturalmente que é para concretizar, e quanto mais depressa se iniciar mais depressa se concretiza, e é isso que queremos. Obviamente que queremos um espaço valorizado e requalificado e obviamente não desistimos da ideia de ver o Futebol Clube de Oliveira do Hospital a jogar na cidade.

Sobre a Transferência de Competências, é preciso relembrar o seguinte: O anterior Executivo e a Assembleia Municipal sucessivamente rejeitaram a Transferência de Competências na Área da Educação, na Área da Saúde e na Área da Ação Social. Esgotada toda a decisão política que diz respeito à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal foi-nos imposto, a partir do dia 1 de abril,

a assunção das responsabilidades do exercício das competências na Área da Educação. E eu diria que as coisas até estão a correr bem!

Nós não pedimos as competências na Área da Educação. Há um acordo de regime relativamente à Transferência de Competências. A Transferência de Competências foi um acordo de regime feito pelos dois maiores partidos portugueses, lembrem-se disso! É bom recordar isso!

Agora apelam a manifestações por causa das transferências de competências mas, as transferências na Área da Educação estamos a exercê-las, as da Área da Saúde, ainda não assinamos o auto de transferências e não há indícios que possa vir a ser assinado, e no domínio da Ação Social continuam as negociações para reforço de verbas.

Quero dizer, sobre manifestações, o seguinte: Houve um tempo, e faço novamente um apelo à memória, em que na Área da Educação, e ninguém nos transferiu competências, impuseram-nos um Mega Agrupamento, enorme, absurdo, disparatado, em Oliveira do Hospital, e fecharam-nos o Agrupamento de Escolas da Cordinha, e fecharam-nos o Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira, e fecharam-nos o Agrupamento de Escolas da Ponte das Três Entradas. Aqueles que, agora, se mobilizam contra a Transferência de Competências na Área da Educação, na altura, nada disseram sobre esta solução que nós, eu na altura fazia parte do Executivo Municipal liderado pelo Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, rejeitámos liminarmente, e, hoje, temos um Agrupamento em Oliveira do Hospital com as consequências conhecidas e com o esforço dos professores, dos funcionários e dos técnicos para garantir a melhor educação aos cidadãos de Oliveira do Hospital.

É um facto, vivemos tempos difíceis, mas temos que estar preparados para lhes dar resposta.

Sobre o Espaço do Cidadão, dizer o seguinte: É mais um investimento, é aproximar serviços, uma gama enorme de serviços, é apostar na digitalização em canais digitais para os cidadãos de Oliveira do Hospital. Este é um bom investimento que vai ser completado com mais quinze Espaços do Cidadão a desenvolver nas Freguesias, e não é só o SNS24, que é um ótimo instrumento para renovar receituário, para marcar consultas, para obter atestados, etc, etc. Estamos a falar dos Espaços do Cidadão nas Freguesias que vão aproximar a administração de uma série de serviços dos cidadãos.

O Espaço do Cidadão vai ser concretizado no edifício municipal e os nossos funcionários já estiveram a obter formação junto da Agência da Modernização Administrativa para prestar atendimento multicanal numa

panóplia de situações, desde a justiça, segurança social, questões da energia, renovação da carta de condução.

Acho que vamos ficar todos mais bem servidos e com uma vasta gama de serviços mais acessíveis e mais disponíveis permanentemente, das nove horas até às dezassete horas, a partir do edifício dos Paços do Concelho.

Conheço perfeitamente a situação do Covão, do Parceiro e do Alentejo e conheço muito bem a Casa do Caramulo, porque antes de estar na Câmara Municipal tinha outras funções, e ainda me lembro e saúdo o promotor, Sr. Cunha, por ter lançado a Casa do Caramulo que foi um projeto turístico de uma Casa de Campo.

Obviamente que há um conjunto de prioridades ao nível de intervenções na Rede Rodoviária Municipal que têm que ser priorizadas num contexto de que, por exemplo, há empreitadas já lançadas e que têm que ser executadas, e estou a lembrar-me da estrada Chão Sobral/Tapada, na Freguesia de Alvôco das Várzeas, há um concurso que já está concluído e há uma empreitada que precisa de ser lançada e estivemos a atualizar preços com o empreiteiro.

Portanto, temos que estabelecer uma ordem de prioridades de intervenções. Obviamente que compreendo as intervenções do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô e da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, mas temos que analisar os valores e, dentro daquilo que é a margem e a flexibilidade orçamental, dar respostas.

Relativamente aos Nadadores Salvadores dizer o seguinte: Fizemos Cursos de Nadador Salvador em 2010, 2012, 2015, 2018 e 2021, e formámos mais de setenta Nadadores Salvadores. Portanto, não andámos distraídos!

Também dizer que o Sr. Vereador Nuno Ribeiro está precisamente a trabalhar com o Instituto de Socorros a Náufragos para preparar um novo curso para o próximo ano e, para o qual, apelo ao envolvimento e à mobilização de todos para encontrarmos quinze candidatos ao Curso de Nadadores Salvadores, se aparecerem trinta fazemos dois cursos. Isto é aquilo que é possível fazer e não podemos infelizmente mudar a estrutura formativa dos Cursos de Nadador Salvador. Como diz o Sr. Vereador Nuno Ribeiro, os cursos deviam ser mais simplificados para as Praias Fluviais do que, por exemplo, para as zonas costeiras. Mas, o problema dos Nadadores Salvadores, não foi um problema das Praias Fluviais, foi um problema nacional, e foi inclusivamente um problema das Praias Marítimas. Foi um problema para os concessionários do litoral e um

problema para os concessionários do interior e os preços dispararam todos e houve falta de Nadadores Salvadores.

Dizer ainda o seguinte: Naturalmente que se saúda o regresso do Grupo Desportivo Sangianense. Já aprovámos os apoios para os seniores, para a formação e, em outubro, será levado a reunião de Câmara Municipal, os apoios para a Inatel.

Depois de facultada a informação do Grupo Desportivo Sangianense naturalmente que será contemplado com o apoio que diz respeito às equipas que estão a competir no Inatel.

Relativamente à questão sobre a limpeza de Estradas Municipais, dizer o seguinte: As limpezas foram feitas mediante o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Existe um plano e o plano foi implementado e foi aprovado pela Comissão. Existe um plano de ação e as prioridades estavam identificadas. Fizemos um excelente trabalho e quero aqui enaltecer o trabalho da Equipa de Sapadores do Município de Oliveira do Hospital, Coordenada pelo Gabinete Técnico Florestal e pelo Coordenador da Proteção Civil. Mas também tenho que agradecer e saudar o trabalho feito pelas Juntas de Freguesia. Sempre que trabalhamos mais próximos, sempre que trabalhamos com mais convergência, sempre que partilhamos mais meios, e sempre que partilhamos mais áreas de responsabilidade, servimos melhor a população e garantimos mais situações de segurança à população.

E, por falar em situações de segurança: É um facto que houve uma intervenção para estender a Rede de Esgotos na Felgueira Velha e é um facto que a obra causou constrangimentos numa estrada com muita circulação e houve abatimento da parte que foi intervencionada. A empresa de Oliveira do Hospital que executou a obra, e que faz um bom trabalho, fez o melhor possível para mitigar os efeitos da intervenção. Naturalmente que no período de férias a situação foi mais difícil mas os serviços da Câmara Municipal não deixaram o assunto ao abandono. É uma intervenção das Águas Publicas Serra da Estrela, como são outras intervenções, na área da extensão da Rede de Esgotos e da extensão da Rede de Água. Aproveitar para relembrar que as Águas Públicas da Serra da Estrela têm um investimento em Oliveira do Hospital programado de dois milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil euros, onde está também essa obra e dizer que, relativamente à questão do pavimento, ele tem vindo a ser repostado. Temos a humildade de pedir desculpa a quem circula ali. A obra é da responsabilidade das Águas Públicas da Serra da Estrela, mas não vale a pena sacudir a água do capote, a obra causou constrangimentos mas aquela obra

permitiu estender a Rede de Saneamento àquela população e é um ganho para aquela população. Antes, a reivindicação justa era ter a extensão da Rede de Saneamento. Hoje, a crítica é o estado da intervenção, e compreendemos isso! Obviamente que o nosso trabalho é tentar mitigar os impactos das obras.

Queremos duas coisas: Capacidade financeira para continuar a executar obras e para continuar a candidatar-nos a projetos com financiamento comunitário e termos uma relação de confiança com as nossas Juntas de Freguesia para que possamos trabalhar em conjunto, e, para isso, precisamos de fazer uma gestão prudente e cuidadosa e é com isso que contam connosco.

Como já disse, os tempos são exigentes, os tempos são de desafio, são tempos novos que exigem muito de nós. Aquilo que nós queremos é corresponder às expectativas dos vários setores, e há setores prioritários, nomeadamente o setor económico e, por isso, queremos concluir a Zona Industrial. A educação é fundamental, e também saudar o investimento aprovado para Oliveira do Hospital, a residência universitária, uma candidatura do Instituto Politécnico de Coimbra, mas também saudar os mais de duzentos alunos que deram entrada na ESTGOH e saudar o acréscimo de alunos que tivemos no Pré-Escolar e no Primeiro Ciclo, e saudar um arranque de ano letivo dentro da normalidade e com todas as condições e, acima de tudo, continuar a trabalhar para ter a Câmara Municipal com sustentabilidade e equilíbrio financeiro, condição fundamental para continuarmos a candidatar projetos a financiamentos para realizar obra e investimento.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar-vos uma pequena nota sobre a Transferências de Competências para as Autarquias Locais: A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal estiveram muito bem quando não aceitaram a Transferências de Competências, na altura em que elas foram propostas, e o futuro mostrou que estávamos com razão.

Como vocês sabem, algumas autarquias com alguma dimensão nacional, como é o caso do Porto, opuseram-se à Transferência de Competências e houve um processo evolutivo em relação às verbas que acompanham estas Transferências de Competências.

Hoje a proposta feita pelo Governo é muito melhor do que a proposta anterior que aqui analisámos. Agora até se criou um fundo para a descentralização de competências. As Câmaras Municipais quando estão a

perder dinheiro com a descentralização de competências, desde que mostrem que as verbas que lhe estão a ser transferidas não são suficientes, são reembolsadas por este fundo para que não sejam prejudicadas.

Aquilo que nos era proposto era um negócio desastroso e que muitas autarquias aceitaram.

Acho que o meu Executivo e depois a Assembleia Municipal fizemos bem porque houve um processo evolutivo e, neste momento, há algum conforto por causa deste fundo e, isso, para mim, foi um passo significativo que resultou de uma negociação muito dura até em termos da própria Assembleia da República. Houve aqui também um papel determinante de uma mulher que foi atacada e que eu até defendi, foi a Luisa Salgueira que é a Presidente da Associação Nacional de Municípios e Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

Passávamos de seguida ao Período de Intervenções do Público. Hoje quem está inscrito é o Prof. João Dinis”

De seguida deu início o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis que fez a seguinte intervenção:

“Está na Ordem do Dia desta Sessão da Assembleia Municipal a votação da proposta de desagregação da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira rumo à recriação da Freguesia autónoma de Vila Franca da Beira.

Quero, portanto, congratular-me por isso e salientar com muito agrado este momento.

Como Vilafranquense quero agradecer antecipadamente os votos a favor que esta proposta não deixará de recolher aqui, hoje, na Sessão da Assembleia Municipal. Aliás, aprovação que recolheu na Sessão da Assembleia de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira onde foi aprovada em lago consenso e recebeu parecer favorável da Junta de Freguesia local. Também quero salientar a votação favorável, e, ao que julgo saber, unânime, na reunião do Executivo Municipal, onde a mesma proposta foi presente para parecer. Obrigado!

Chegou a hora de repor a justiça e de repor o respeito democrático pelas aspirações e direitos dos Vilafranquenses sempre com o objetivo de melhor servir as populações de ambas as Freguesias envolvidas.

Estamos também convictos que a Assembleia da República a seu tempo e a seu modo saberá respeitar a vontade aqui expressada pelos principais autarcas

do nosso Município e também reparar a desagregação das duas Freguesias com a recriação da Freguesia autónoma de Vila Franca da Beira.

Renovo os mais sinceros agradecimentos pelo vosso inestimável apoio ao nosso justo objetivo de desagregação das Freguesias de Vila Franca da Beira e Ervedal da Beira. Obrigado!

Quero ainda abordar uma outra questão relativa ao mau funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC neste ano letivo de 2022/23.

Pais e Encarregados de Educação das crianças do Primeiro Ciclo do Ensino Básico na escola em Seixo da Beira foram muito recentemente informados de que uma associação, muito provavelmente de direito privado, designada por “Tempos Brilhantes”, iria gerir e administrar as Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC, este ano letivo, numa base de cinco horas semanais por turma. Isto a partir de um acordo formal celebrado por esta associação “Tempos Brilhantes” com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital o qual, viemos depois a saber, em princípio custará oitenta e sete mil e trezentos euros em dinheiro público tendo em conta as crianças inscritas este ano no Ensino Básico Público no nosso Município embora, teoricamente, estas AEC sejam facultativas mas na prática acabam por ser obrigatórias porque as crianças que as não frequentem não poderão permanecer dentro da escola.

Saliente-se que os Pais e Encarregados de Educação envolvidos não foram tidos nem achados para se atingir esta “solução” prática e estamos a falar na educação de crianças. Isto não deve ser assim!

É-nos entretanto dito que as AEC vão ter início a 3 de outubro próximo. De minha parte, e estou aqui a falar por mim enquanto pai e encarregado de educação de uma criança de sete anos e que frequenta o 2º ano de escolaridade em Seixo da Beira, considero esta opção municipal como uma “enxertia” de um estranho ramo do ensino privado na árvore do ensino público. Não é isso que pretendo para minha filha nem “passo procuração” a ninguém para decidir por mim um assunto desta natureza. Trata-se da educação da minha filhota de sete anos.

Questiono o Senhor Presidente da Câmara Municipal: O Sr. Presidente da Câmara Municipal subscreve este acordo e assume garantir a capacidade pedagógica e operativa da “Tempos Brilhantes” para tratar das AEC com crianças destas idades e no contexto de escolaridade obrigatória, no caso escolaridade pública?

Está, ou não, em condições, o Senhor Presidente da Câmara, de garantir a capacidade pedagógica e profissional dos “agentes” que sejam incumbidos de vir às escolas ministrar diretamente estas AEC e para isso destacados pela “Tempos Brilhantes”? São professores habilitados?

Saberá ainda que a Câmara Municipal não terá transmitido à “Tempos Brilhantes” a relação dos agentes do ensino dos anos transatos que asseguraram as AEC no nosso Município sob gestão direta do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital?

A associação “Tempos Brilhantes” tem sede em Penela.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital cuidou, ou não cuidou, em saber de outras entidades para além das “Tempos Brilhantes” capazes de assumir esta responsabilidade pelas AEC no nosso Município?

Caso o número efetivo de crianças a frequentar estas AEC seja inferior ao número previsto no contrato inicial, esse diferencial vai ser deduzido, ou não, no pagamento dos oitenta e sete mil e trezentos euros a fazer à “Tempos Brilhantes”? Trata-se de dinheiro público e eu ainda sou daqueles que paga impostos neste País.

As AIGP, Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, em formação, em certas zonas do Município, para a Câmara Municipal executar, e já há cinco aprovadas. Aliás, já estão a executar as AIGP na Freguesia de Ervedal da Beira e há mais. Devo alertar que há umas que são feitas e aprovadas por uma entidade privada na zona de Alvôco. Há sobreposição de áreas e projetos e, isso, não pode ser.

Quais foram e quais se mantêm os principais critérios objetivos para a definição das áreas integradas nos projetos de AIGP feitos e aprovados pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e já em fase de execução? Ou, dito de outra forma, que razões visíveis presidiram à seleção dessas áreas, e não de outras áreas mesmo contíguas e muito semelhantes? Aliás, nós tivemos a tragédia e o desastre dos incêndios de 2017, e, essa tragédia e esse desastre transformaram todas as áreas do Município desgraçadamente em áreas iguais nesta matéria.

Encara, ou não, a Câmara Municipal a possibilidade de apresentar outras candidaturas deste tipo ou com idênticas finalidades?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Vou começar pelas AIGP porque estão mais frescas, ou mais requentadas, e o Prof. João Dinis não me leva a mal, porque fez estas mesmas perguntas no dia 4 de agosto de 2022. O Prof. João Dinis vem à Assembleia Municipal e faz exatamente as mesmas perguntas. Portanto, terei que, genericamente, lhe responder o mesmo, e é importante dizer o seguinte: Isto, não se deve a mim, e gosto de ser justo e sou honesto nas declarações que faço.

Oliveira do Hospital é o Concelho com mais AIGP aprovadas a nível nacional e, isso, não se deve a mim. Deve-se ao Ex-Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino Mendes, e, hoje, Presidente da Assembleia Municipal. O seu a seu dono!

Cinco AIGP candidatas pelo Município de Oliveira do Hospital de acordo com os critérios e aprovadas para o Município de Oliveira do Hospital e três AIGP candidatas por uma Organização de Produtores Florestais, neste caso a CAULE, uma vez que era a entidade gestora das zonas de intervenção florestal que também foram aprovadas.

O Município de Oliveira do Hospital é o Município com mais AIGP, entenda-se instrumentos de financiamento público para reorganizar o espaço florestal, e é bom lembrar isto, temos oito AIGP no Concelho e cinco são da responsabilidade do Município e devem-se ao Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, e é preciso perceber quais são as condições. As condições resultaram muito do impacto brutal que os incêndios de 2017 tiveram no Concelho de Oliveira do Hospital e também resultaram da capacidade negocial e de influência positiva para que fossem captados instrumentos de ordenamento e simultaneamente instrumentos financeiros para reorganizar/reordenar as consequências negativas dos incêndios de 2017.

A inserção em bacias hidrográficas com elevada recorrência de incêndios florestais no sentido de refletir debilidades e vulnerabilidades que poderão ser reduzidas. Este foi um critério que permitiu a Oliveira do Hospital ter aprovadas cinco AIGP.

A inserção em zona especial de conservação, no caso a Rede Natura 2000. Somos um território atravessado por um sítio protegido a nível europeu e que às vezes cria estrangimentos e outras vezes é um fator acelerador para que projetos sejam aprovados.

Também dizer o seguinte: As condições do nosso território, os impactos dos incêndios, a possibilidade de reorganizarmos o espaço florestal, a possibilidade de criarmos áreas agrícolas, a possibilidade de criarmos áreas de silvopastorícia, a possibilidade de criarmos zonas tampão, a possibilidade de

criarmos mosaicos que criam zonas descontínuas para evitar a propagação dos incêndios e criar zonas de pastos que promovem outras atividades e fazem com que seja meritório e positivo para o Concelho de Oliveira do Hospital a implementação destas cinco AIGP que foram aprovadas por estes critérios e por estas razões.

Também posso dizer que já houve aqui uma reunião entre as Freguesias beneficiárias das AIGP, e em cujos territórios estão previstos estes investimentos, com a DGT no sentido de ser complementado o Cadastro da Propriedade Rústica de cada uma dessas AIGP e em cada uma dessas Freguesias. O trabalho foi iniciado em Seia e em Oliveira do Hospital ao mesmo tempo. A DGT está a completar o Cadastro que tinha sido iniciado em Oliveira do Hospital pioneiramente a nível nacional. Também o Cadastro da Propriedade é mais outro benefício positivo que as AIGP nos trazem. As AIGP, a bem da transparência, são estas que vos mostro neste mapa das AIGP no Concelho de Oliveira do Hospital. Foi esta mancha, de cinco AIGP aprovadas pelo Município de Oliveira do Hospital mais as três para a organização de produtores CAULE, que foi objeto de parecer favorável pelo ICNF e têm o respetivo financiamento.

Dizer que, as AIGP em questão são AIGP com a designação “Palheiras à Penha”, que beneficiou a União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, numa área de quinhentos e sessenta e quatro hectares. A AIGP com a designação “A Sul da Ribeira”, que cobre as Freguesias de Lagares da Beira, Travanca de Lagos, Ervedal e Vila Franca da Beira, numa área de setecentos e noventa e quatro hectares. A AIGP com a designação “Ponte das Três Entradas”, que cobre as Freguesias de Aldeia das Dez, Avô, União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, que cobre uma área de quinhentos e onze hectares. A AIGP com a designação “Castelos do Alva”, e não fui eu que as batizei e foi esta a designação com que foram candidatas, que serve a União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira e a Freguesia de Alvôco das Várzeas. A AIGP também da responsabilidade do Município, designada de “Riba d’Alva” que serve a União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, a Freguesia de São Gião, Alvôco das Várzeas, e que cobre uma área de quatrocentos e noventa e nove hectares.

Há mais três AIGP da responsabilidade da Organização de Produtores Florestais CAULE, com a designação “Alva e Alvôco”, que cobre as Freguesias de Alvôco das Várzeas e Aldeia das Dez. A AIGP “Serra da Estrela Sul”, que

serve a Freguesia de São Gião e outras Freguesias na área do Concelho de Seia e a AIGP “Alva e Alvoco 2”, que serve a Freguesia de Alvôco das Várzeas, São Gião e a União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira.

Dizer que, as ações de sensibilização estão a ser feitas nas Freguesias com os técnicos, foram publicados os Editais e de tudo tem sido dado publicidade.

Acho que, com clareza, consegui responder à pergunta, mais uma vez, colocada pelo Sr. Prof. João Dinis.

Neste momento não está aberta qualquer candidatura para a constituição de novas AIGP e a razão é que têm que ser executadas estas e é aquilo que tem vindo a ser feito com os trabalhos em curso no terreno: Concretização do Cadastro, identificar todos os proprietários; Elaboração das operações integradas de gestão da Paisagem ou seja, o que é que vamos fazer em cada um destes territórios, zonas de pastos, zonas de silvopastorícia, espécies de crescimento rápido, Pinheiro Manso, folhosas, aquilo que for identificado como prioritário.

Naturalmente haverá zonas tampão, zonas mosaico, zonas para a produção animal e zonas para produção agrícola.

Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC, quero dizer o seguinte: As Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC são atividades facultativas para os alunos. Os alunos inscrevem-se e inscrevem-se nas disciplinas ou nas áreas que entendem que são para seu enriquecimento curricular. Também dizer que o Município está obrigado a disponibilizar as AEC, facultativa é a escolha das famílias e dos alunos destas mesmas Atividades de Enriquecimento Curricular.

Dizer também que estamos a investir oitenta e sete mil e quinhentos euros de dinheiro público que sai do Orçamento Municipal. É investimento em Educação, é investimento no enriquecimento curricular destes alunos que frequentam o ensino público.

Relativamente à Associação sem fins lucrativos e Instituição Particular de Solidariedade Social Tempos Brilhantes, dizer que, ela existe desde 2013, está certificada por norma legal. Também é importante saber que os seus docentes são professores que têm um coordenador regional e têm um coordenador local e de proximidade. Naturalmente estamos a investir e queremos qualidade no serviço prestado. Aliás, nunca iríamos comprometer a qualidade da educação a ministrar aos nossos jovens cidadãos.

Dizer ainda o seguinte: Não tenho especial predileção sobre a “Tempos Brilhantes” e é-me indiferente qual é a entidade mas foi a entidade que achámos que era a melhor.

A “Tempos Brilhantes” é uma Associação sem fins lucrativos e é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, serve cento e dez Agrupamentos de Escolas, serve sessenta e sete Municípios em Portugal. Será que não serve para Oliveira do Hospital?”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Damos por encerrado o Período de Intervenção do Público e passaríamos ao Período da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto I, quero prestar contas à Assembleia Municipal sobre a situação financeira do Município. Como habitualmente e nos termos da lei é apresentada para conhecimentos dos Srs. Membros da Assembleia Municipal uma síntese da situação financeira do Município.

À data de 31 de agosto de 2022 o saldo de operações orçamentais é de três milhões setecentos e quarenta e oito mil oitocentos e quinze euros e dezassete cêntimos, como podem ver nos documentos enviados, sendo que, o saldo de gerência, a 31 de dezembro de 2021, foi de três milhões oitocentos e setenta e três mil quatrocentos e cinquenta e um euros e quarenta e dois cêntimos. É espelhada a execução orçamental com expressão nos primeiros oito meses de cumprimento do orçamento para 2022.

A dívida de curto prazo, cerca de noventa mil euros, decorre da dinâmica de pagamento a fornecedores e entidades beneficiárias de subsídios de noventa e oito mil cento e vinte euros e cinquenta e oito cêntimos e fundamentalmente da aquisição de prédios que aguardam a marcação das respetivas escrituras, no valor de noventa e um mil novecentos e dezassete euros e oitenta e quatro cêntimos. Duas destas escrituras foram feitas esta semana.

Nos passivos financeiros, na ordem dos três milhões quinhentos e vinte e quatro mil oitocentos e vinte e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos, são

expressos os empréstimos da Caixa Geral de Depósitos, de um milhão quinhentos e vinte mil e sessenta e um euros e noventa e cinco cêntimos, e do BPI, no valor de dois milhões quatro mil setecentos e sessenta e sete euros e sessenta cêntimos, sendo que, do último empréstimo contraído falta ainda utilizar o montante de dois milhões de euros.

Procurámos continuar a fazer uma gestão prudente dos recursos financeiros que continue a permitir a manutenção de um curtíssimo prazo de pagamento aos fornecedores.

Fruto da sua situação financeira o Município de Oliveira do Hospital encontra-se excluído desde 2018 do âmbito da aplicação da Lei 8/2012, conhecida como a Lei dos Fundos Disponíveis, e do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho.

Há, contudo, sinais de alarme que condicionam a gestão financeira a curto prazo, o contexto de cariz económico global com fortes probabilidades do surgimento de um cenário de recessão europeia e consequentemente do País. No imediato o corte nas transferências do estado, no valor de setecentos e vinte e quatro mil quatrocentos e trinta e nove euros, verifica-se nos meses de julho a dezembro a um ritmo de um corte de cento e vinte mil setecentos e trinta e nove euros e oitenta e três cêntimos por mês. O aumento exponencial do preço dos combustíveis, prevendo-se uma variação em 2022 de mais 97,8 %, face a 2021. A despesa em 2021 foi de cento e oitenta e quatro mil e sessenta euros e a despesa realizada, até à data, acrescida dos compromissos efetuados, já vai em trezentos e sessenta mil euros, com o custo de combustíveis, a que acresce o aumento exponencial do preço da eletricidade na ordem dos 123 %, importando um acréscimo de custo do contrato anual em mais de um milhão e cem mil euros. Os custo de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos na ordem dos oitenta mil euros por mês. Os pedidos de revisão de preços ao abrigo do novo regime legal e reposição de equilíbrio financeiro de empreitadas na ordem dos novecentos mil euros. Revisões de preços normais já aprovadas no valor de duzentos e noventa e quatro mil trezentos e onze euros e doze cêntimos e a transferência de novas competências particularmente na área da educação saúde e ação social em que o valor da receita transferida para o Município é insuficiente para fazer face à correspondente despesa. A título de exemplo refira-se que o valor da adjudicação das refeições escolares que no ano letivo transato foi de cento e setenta e cinco mil oitocentos e dezoito euros e sessenta e nove cêntimos e no atual ano letivo é de quatrocentos e noventa e três mil cento e vinte e quatro euros e cinquenta cêntimos. Estamos a falar de um acréscimo de

aproximadamente trezentos e vinte e sete mil euros, mais de 280 % de acréscimo de custos com as refeições escolares.

Acresce também a falta no mercado de bens para entrega que pode comprometer importantes iniciativas Municipais de que é exemplo recente, no âmbito da aposta do Município na Mobilidade Elétrica, o cancelamento do concurso público para fornecimento de dois miniautocarros elétricos, no valor de duzentos e dez mil euros, que ficou deserto porque as empresas não dispõem de veículos para entrega e, como consequência, vamos ter a abertura de um novo concurso, com novos prazos de entrega, e a Câmara Municipal vai ter que aceitar e conjugar com o POSEUR, que é a entidade cofinanciadora com fundos comunitários, a sua elegibilidade temporal e financeira e o risco de acréscimo de custos em relação ao duzentos e dez mil euros que estavam inicialmente previstos. Estas são as consequências do concurso ter ficado deserto e não foi por vontade da Câmara Municipal mas porque não apareceram empresas a disponibilizar veículos para entrega.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Iria propor à Assembleia passarmos agora para o Ponto VI porque temos aqui técnicos que vão apresentar o Ponto e era para não estarem aqui muito tempo.

Alguém se opõe que façamos agora a apreciação e votação do Ponto VI? Como ninguém se opõe passaríamos agora ao Ponto VI.”

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho e do Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro, da proposta de Estratégia Local de Habitação do Concelho de Oliveira do Hospital.

De seguida, foi feita a apresentação, em PowerPoint, do Ponto VI - Proposta de Estratégia Local de Habitação do Concelho de Oliveira do Hospital, pela Dra. Noémia Serra.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer à equipa do Gabinete de Ação Social e Saúde do Município, na pessoa da Dra. Ana Rodrigues, mas também à equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Económico e Sustentabilidade. Também agradecer à equipa da Dra. Noémia Serra e agradecer o trabalho de diagnóstico e a colaboração de toda a Rede Social, ou seja, das IPSS, das entidades integrantes da Plataforma de Acompanhamento Social Integrado. Agradecer a colaboração dos Srs. Presidente de Junta de Freguesia para identificar em sucessivas auscultações as famílias vulneráveis e, portanto, potenciais beneficiárias desta Estratégia Local de Habitação. Agradecer também à Sra. Vereadora Graça Silva porque na minha ausência conduziu este processo com dedicação e por ter mobilizado uma grande equipa para fazer um trabalho que deve ser realçado.

Dizer ainda que este trabalho é focado e é dirigido a cento e dez famílias e que representa um investimento de cinco milhões setecentos e cinco mil quinhentos e sessenta euros. É para executar no segundo semestre de 2022 até ao segundo semestre de 2026, temos essa expectativa e vamos trabalhar intensamente para que se concretizem todos os projetos.

E, por falar em projetos, dizer que, o caminho que trilhámos, até esta Estratégia Local de Habitação, tem uma história e tem um percurso e um esforço do Município de Oliveira do Hospital e dos Executivos que tive a honra de pertencer. No passado, implementámos com ótimos resultados o Programa de Conforto Habitacional para pessoas idosas, que permitiu a recuperação de catorze habitações no Concelho de Oliveira do Hospital. Implementámos um programa municipal de reabilitação e casas degradadas, o Programa Casa Digna, que já permitiu a recuperação e melhorias em quarenta e quatro habitações, com um investimento na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros, mas também a aprendizagem feita no Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Permanentes, na sequência dos incêndios, e no Programa de Apoio de Recuperação às Segundas Habitações.

Foi, tudo, um capital de experiência e de conhecimento incorporado dentro desta autarquia nos seus técnicos que aportaram para esta Estratégia Local de Habitação. Agradecemos reconhecidamente o esforço da equipa que também nos acompanhou neste processo.

Finalmente temos a nossa Estratégia Local de Habitação pronta a entregar no IRU para que possa ser financiada.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“O documento relacionado com este Ponto IV é bastante extenso e os Srs. Deputados não tiveram oportunidade de o ler e, por isso, foi aqui apresentado.

Se algumas forças políticas quiserem podem apresentar contributos e, se todos concordarem, faríamos a votação havendo ainda a possibilidade de, depois, se introduzirem as propostas das forças políticas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Creio que esta Estratégia Local de Habitação é extremamente importante e, pelo que li, o documento está muito bem elaborado, tem dados que nos permitem fazer um conjunto de leituras interessantes e dão-nos uma visão melhor da região. Creio que é um documento que o Município se pode orgulhar.

De facto o Município precisa de uma Estratégia Municipal de Habitação que se insira no combate à desertificação. Nós precisamos de fixar jovens nas nossas aldeias e só é possível fazê-lo se tivermos casas com condições dignas de habitação.

O Município tem feito a recuperação de um conjunto de casas mas, isso, deveria ser feito de forma programada, de forma estruturada, com uma estratégia definida. Essa estratégia devia passar, por exemplo, por o Município adquirir e recuperar uma casa por ano em cada uma das Freguesias e, se não fosse possível fazê-lo em todas as Freguesias, deveria calendarizar para que isso fosse possível, e essas casas deveriam ser disponibilizadas para a fixação de jovens mediante um regulamento que depois se faria.

Creio que o combate à desertificação se faz com a fixação dos jovens nas nossas aldeias, é evidente que o emprego é fundamental, e creio que deveríamos trabalhar essa Estratégia Municipal de Habitação.

Dizer ainda que, nós sinalizamos duas casas em Meruge, que são propriedade da Junta de Freguesia, para recuperação. Portanto, se o Município vai recuperar vinte e sete casas espero que nessas vinte e sete casas estejam incluídas as duas casas, ou pelo menos uma casa, de Meruge.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Acabei por não perceber o seguinte: Há um investimento de cerca de seis milhões de euros para cento e dez casas, ou seja, cerca de sessenta mil euros por cada habitação.

Este financiamento vai ser pago por quem? Onde é que o Município entra e qual é a parte com que o Município participa?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A candidatura vai ser formalizada junto do IRU para ser aprovada e o respetivo financiamento virá através do Programa 1º Direito. O Programa 1º Direito irá financiar as intervenções privadas. Depois há um outro programa que é o Programa das Rendas Acessíveis.

O Município tem a caracterização das famílias, sabemos quais são as necessidades, e temos que montar uma estrutura que simultaneamente faça o acompanhamento e a motivação. As candidaturas, na prática, terão que ser feitas por nós e vão ser feitas em nome das famílias porque, é preciso perceber, este programa não é sobre casas, é sobre pessoas. É preciso identificar famílias vulneráveis para as quais temos que encontrar casas. O foco, aqui, não é a casa que precisa de ser recuperada, é a família identificada com necessidades que precisa de uma casa. O foco é claramente dirigido para as pessoas e não à reabilitação urbana, isso é setor imobiliário.

Há um outro programa, o Programa das Rendas Acessíveis, e também estamos a trabalhar nessa frente com a CIM de Coimbra num amplo projeto para toda a região. Rendas acessíveis para a classe média, não para famílias vulneráveis ou de baixos rendimentos, como é o caso do acesso ao Programa 1º Direito.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Isto, não é uma coisa nova, isto, já existe em alguns Municípios.

Dizer-vos também que há tempos estava com o Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. Pedro Nuno, que tutela também a habitação, como sabem, e ele dizia uma coisa interessante e que faz algum sentido, e eu nunca tinha pensado nisso. O Sr. Ministro referia que, de acordo com a nossa Constituição, as pessoas têm o direito de acesso à saúde, têm o direito à educação, têm um

conjunto de direitos. E na nossa Constituição está o direito à habitação, e ele estava muito entusiasmado com este projeto do direito à habitação.

Devemos congratular-nos com este trabalho, porque ele irá servir para melhorarmos a habitação no Concelho e, isso, é fundamental. Este processo ainda passará por um conjunto de negociações com o IRU mas sem haver uma Estratégia Local de Habitação não há negociação nenhuma. Este é um documento nuclear.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho e do Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro, da proposta de Estratégia Local de Habitação do Concelho de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2022.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Todos estes nomes foram discutidos e validados com os partidos com assento nesta Assembleia Municipal e foram aprovados por unanimidade na Câmara Municipal. Naturalmente que os nomes também foram dialogados com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, é um trabalho que deve ser também articulado com a Mesa da Assembleia Municipal.

Depois de concertados e ouvidos os partidos foram propostos em reunião de Câmara Municipal e foram aprovados por unanimidade.

Estão em causa a atribuição de Medalhas de Mérito Municipal aos cidadãos e entidades identificados, dois a título póstumo, ao Eng.º Eugénio Borges Gonçalves e ao Arqt.º Jorge Manuel Pinto Dinis. É também proposto a atribuição de Medalhas de Mérito Municipal a uma empresa e a uma instituição.

No Feriado Municipal de 7 de outubro será também atribuída uma Medalha de Valor Municipal, a título póstumo, ao funcionário desta casa, Sr. António Paiva Mendes.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2022, sendo o resultado da votação nominal e por escrutínio secreto para a atribuição das Medalhas de Mérito Municipal, o seguinte:

- Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves, aprovada por unanimidade;
- Maria Clara Cravo Cascais Caçador, aprovada por maioria, com 4 abstenções;
- Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes, aprovada por maioria, com 1 voto contra e 3 abstenções;
- Eugénio Borges Gonçalves, a título póstumo, aprovada por maioria, com 1 voto contra e 3 abstenções;
- Jorge Manuel Pinto Dinis, a título póstumo, aprovada por maioria, com 1 voto contra e 2 abstenções;
- Grafibeira - Tipografia e Artes Gráficas, Lda, aprovada por maioria, com 2 votos contra e 3 abstenções;
- Clube Desportivo e Recreativo Vasco da Gama, aprovada por maioria, com 3 abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Compensação às Freguesias da Recolha de RSU indiferenciado do ano de 2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“O Ponto III diz respeito à compensação às Freguesias descritas pela transferência de resíduos para serem recolhidos pela Ferrovial que neste momento trabalha para a concessionária Planalto Beirão.

Esta compensação importa num valor de vinte e três mil cento e dezanove euros e vinte cêntimos. Temos a noção que estamos a transferir valores de 2021 em setembro de 2022. Discutimos a questão no Executivo Municipal e certamente no início de 2023 vamos agilizar o pagamento da compensação às Juntas de Freguesia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal quero registar o “nim” que me deu à primeira pergunta que fiz no Período de Antes da Ordem do Dia. Quero perguntar se será ou não cumprida a promessa do programa eleitoral do Partido Socialista de alcatroar esse caminho e se os esgotos em Rio de Mel também serão colocados neste quadriénio?”

Relativamente ao Ponto III quero agradecer à Câmara Municipal pelo esforço que tem tido em regularizar a situação em atraso. A pergunta que aqui trazia referente ao pagamento de 2022 já foi respondida. Parece-me que estamos em concordância e que será mais justo, tendo em conta as Freguesias mais distantes, e assiná-lo o facto de a Freguesia de São Gião ser a Freguesia que mais compensação tem para a recolha dos resíduos.

A compensação do ano de 2022 será efetuada no início do ano de 2023 e pergunto se terá o objetivo de propor essa prática de recompensar as Freguesias pagando a recolha dos resíduos do ano antecedente logo no início do ano subsequente?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“É só para lembrar que numa anterior discussão sobre este assunto eu referi que a situação da recolha do lixo estava mal sinalizada porque não há apenas recolha onde é mencionado. A recolha do lixo é também feita em outros locais, nomeadamente no Cemitério porque o Carro de Recolha do Lixo não passa, e temos que pagar a uma pessoa que faz o transporte dos caixotes do lixo para a parte de baixo do Cemitério e, isso, não foi tido em conta. Fiz entrega em tempo de um ofício com os locais onde há contentores que são recolhidos à mão e, pelos vistos, isso não foi tido em conta.

Gostava de saber se foi por esquecimento ou se o critério utilizado remonta ainda ao tempo do D. Afonso Henriques? Se não houver uma justificação eu vou ter que votar contra e considero que é extremamente injusto que não seja incluído neste painel o conjunto de ruas que referimos e que, na altura, foi dito que iriam verificar no terreno se correspondia, e espero que o tenham feito e que confirmem esta minha versão atualizada da recolha do lixo suplementar.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Vinha fazer uma proposta ao Executivo Municipal: Sr. Presidente este processo vem desde o ano de 2014 e nunca foi regularizado, ou seja, tem havido um aumento do preço do gasóleo e da mão-de-obra. As Juntas de Freguesia têm tido aumento na despesa e a parte da receita mantém-se inalterada desde 2014 no que diz respeito a esta parte no valor de vinte e três mil cento e nove euros.

A Coligação propunha que, consoante as finanças do Município, pudesse haver uma atualização nestes valores consoante a inflação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“De facto é intenção do Município e iremos fazer o pagamento desta compensação às Freguesias na primeira ou segunda reunião da Assembleia Municipal do ano a seguir. Portanto, na primeira ou segunda reunião da Assembleia Municipal do ano de 2023. Parece-me justo fazê-lo.

Relativamente à correção dos valores, vamos fazer esse trabalho de avaliação. Fica, aqui, o compromisso.

Dizer ainda, relativamente ao critério utilizado, não sei se é do tempo do D. Afonso Henriques mas eu também não sou o Príncipe Perfeito e, não tendo essa qualidade da perfeição, admito que esteja aí alguma falha. Com certeza que faremos o ajustamento que seja justo.

Os valores e as ruas consideradas foram aqueles que estavam na anterior proposta e não há, aqui, nenhuma intenção premeditada de prejudicar a Junta de Freguesia de Meruge, e, isso, é claro!

Relativamente à outra questão, colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, dizer o seguinte: Nós temos várias intervenções em Estradas Municipais e provavelmente nunca pensou que o Executivo Municipal, no anterior mandato, investisse seiscentos mil euros a colocar rede de saneamento em Rio de Mel. Se calhar, consideraria isso uma improbabilidade e, se calhar, pensaria que do ponto de vista político não seria uma prioridade. Mas, de facto, o anterior Executivo, presidido pelo Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, lançou a obra para levar os esgotos a Rio de Mel, é bom lembrá-lo, por seiscentos mil euros, para demonstrar que, por vezes, as pessoas que perfilam dos nossos valores e princípios não têm problemas nenhuns de investir em

pequenas localidades, onde existem poucos habitantes, e investir na Rede de Saneamento seiscentos mil euros.

Relativamente à estrada dizer-lhe que, dentro das possibilidades e gerindo o Orçamento Municipal com prudência, com certeza que iremos fazer a pavimentação dessa estrada e de outras. Mas também tenho que dizer que há uma empreitada que neste momento tem contrato assinado e que tem de iniciar e, essa, é prioritária, é a estrada Chão Sobral/Tapada na Freguesia de Alvôco das Várzeas.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Compensação às Freguesias da Recolha de RSU indiferenciado do ano de 2021, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo - Ensino Superior.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Este regulamento foi votado, foi discutido e gerou unanimidade e convergência no Executivo Municipal. Esteve em discussão pública.

Este regulamento tem associado uma dotação de cinquenta mil euros para atribuição de Bolsas de Estudo e acautela a valorização e o incentivo aos alunos que frequentam a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa que fez a seguinte intervenção:

“Como bem sabem, as Bolsas de Estudo, de Mérito, de cariz social, têm sido uma boa prática implementada pelo Município de Oliveira do Hospital no decorrer dos últimos anos. As Bolsas de Mérito premeiam os melhores estudantes do nosso Concelho. As bolsas de cariz social, desempenham um papel tão ou mais relevante, ainda. Apoiar a ingressar no Ensino Superior os

jovens Oliveirenses que não dispõem total ou parcialmente dos bens pecuniários para o poderem fazer.

Com o intuito de melhor aplicar ambos os regulamentos, o Executivo Municipal apresenta, hoje, perante nós, uma proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo - Ensino Superior, cuja alteração de maior relevo é, e passo a citar, “*a revogação das normas referentes à atribuição das bolsas de mérito excecional, as quais passarão a ser reguladas em diploma próprio a criar*”.

Trata-se de uma alteração que privilegia a praticidade da aplicação do regulamento, o que não é propriamente apanágio da maior parte da legislação portuguesa e, por isso, dar os parabéns ao nosso Executivo Municipal por privilegiar a praticidade de uma regulamentação, para que não seja colocado em causa o objetivo primário das bolsas de cariz social que são um serviço que prestam à população Oliveirense que tanto necessita delas.

Esperaremos, como é óbvio, pela apresentação do documento de regulamentação das Bolsas de Mérito Excecional, para posterior análise, com a confiança que estas servirão de forma justa e solidária a população e os jovens Oliveirenses e os seus intentos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo - Ensino Superior, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Contrato de Delegação de Competências no Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto V - Proposta de Contrato de Delegação de Competências no Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, dizer o

seguinte: Como sabem, a competência na área da educação foi transferida por imposição legal para o Município de Oliveira do Hospital a partir do dia 1 de abril de 2022. Deixámos concluir o ano letivo e fomos construindo um documento que delega no Agrupamento de Escolas, na pessoa do Sr. Diretor, a execução dessas competências no espaço escolar relativamente à execução de despesas.

Obviamente que, este Contrato de Delegação de Competências no Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e no seu Diretor é assente nos princípios da confiança, nos princípios da autonomia e nos princípios da cooperação institucional. Quero com isto dizer que temos total confiança na Direção do Agrupamento de Escolas, privilegamos a autonomia na gestão da escola pública e numa cooperação institucional entre o Município de Oliveira do Hospital em estreita ligação com o Agrupamento de Escolas para que haja uma boa execução da componente financeira mas, também, se acautele a qualidade das intervenções dos projetos no espaço escolar.

Dizer também que este documento foi consensualizado em várias reuniões com a Direção do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e foi validado pela DGEstE em reunião para o efeito.

E, assim, por imposição legal do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o Município de Oliveira do Hospital aceitou as competências na área da educação, nomeadamente na gestão do parque educativo que passou a constituir sua propriedade e na gestão do pessoal operacional e técnico, num total de cento e dezassete trabalhadores, que passaram a integrar o mapa de pessoal do Município de Oliveira do Hospital.

A lei prevê a possibilidade de delegação de competências, ora cometidas à Câmara Municipal, no Diretor do Agrupamento de Escolas, num princípio de subsidiariedade, ou seja, quem mais está próximo do problema tem melhores condições para o resolver, em matéria de recursos humanos, apoios e complementos educativos, edificado, investimento e fornecimento de bens e serviços. Paralelamente foram previstos instrumentos de controlo que permitiram assegurar por parte do Município o controlo financeiro da despesa pública associada ao mesmo na persecução da política municipal de rigor orçamental, pelas razões, hoje, insistentemente, aqui, descritas ao longo desta Sessão da Assembleia Municipal.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo

4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Contrato de Delegação de Competências no Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, da proposta de criação da Freguesia de Vila Franca da Beira por desagregação da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Neste momento e como Deputado Municipal, queria deixar esta nota: Sou a favor da criação da Freguesia de Vila Franca da Beira por desagregação da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira por algumas razões mas, a razão maior, é sobretudo a minha coerência.

Este processo de agregação das Freguesias, como vocês sabem, feito em 2013, uma lei que ficou na história como a Lei Relvas, que tinha um Secretário de Estado do PSD, bastante meu amigo e a quem reconhecia bastante competência também como autarca, o Paulo Júlio, que era o Presidente da Câmara Municipal de Penela, e, nisto, tivemos sempre uma grande divergência. A agregação das Freguesias não resolvia os problemas financeiros de Portugal e, por isso, há agora um diploma. Não quer dizer que, às vezes, não tenha que se modificar e fazer algumas reformas mas o problema é que a lei foi muito transversal e havia Freguesias que, na minha opinião, não tinham número de eleitores para terem uma própria estrutura e que era preciso para seu próprio bem serem agregadas, mas a agregação das Freguesias foi feita a “régua e esquadro” e, nessa altura, mantive-me sempre muito coerente contra esta lei e a extinção das Freguesias, sobretudo das Freguesias que reuniam condições para continuar como Freguesia.

Hoje há um diploma que regulamenta quais as Freguesias que se podem desagregar e, por isso, deve ficar aberto aqui no Concelho às Freguesias que foram agregadas e que reúnem as condições legais a possibilidade de fazerem o seu processo de desagregação.

Votarei favoravelmente esta proposta e estou contente porque estas Freguesias tornam-se mais próximas das pessoas, e não quero dizer que não houvesse bom trabalho nas Uniões de Freguesias. Os autarcas das Uniões de Freguesias esforçaram-se bastante para unirem as populações.

Quero deixar um agradecimento a todos os autarcas que estiveram à frente de Uniões de Freguesia pelo grande trabalho que fizeram mas, é lógico e é justo que essas populações queiram voltar a ter as suas Freguesias, desde que reúnam os requisitos que estão plasmados na lei.

Serei na Assembleia da República um defensor e votarei sempre a favor da desagregação das Freguesias desde que reúnam as condições.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a este Ponto VII, referente criação da Freguesia de Vila Franca da Beira por desagregação da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, obviamente que concordo com o que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal acabou de dizer. Nós não temos memória curta e temos que ter alguma ética. Eu também desde o início fui contra a lei que eliminou as Freguesias e as agregou com outras Freguesias. Foram perto de mil e duzentas Freguesias agregadas. Em 2013 havia milhares de manifestações nas ruas contra a lei. Esta foi uma imposição que não resolveu as questões da dívida pública do País nem nunca contribuiu para coisíssima nenhuma da dívida pública do nosso País. Acho que esta lei foi uma asneira e tenho dito ao longo do tempo que iria aplaudir um Governo, fosse ele qual fosse, que pudesse vir com uma lei para reverter determinadas situações de agregação das freguesias.

Aquilo que mais ou menos se supõe é que esta lei, perante os critérios que foram definidos, poderá possibilitar a reversão de cerca de seiscentas freguesias, é sensivelmente metade daquelas que foram agregadas em 2013.

Sempre fui muito claro quanto a este assunto e tenho um entendimento do que é uma Junta de Freguesia e aquilo que deve desempenhar na sua atividade de proximidade para com as populações.

Desde 2013 que presido a União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira e sempre fiz aquilo que me foi possível para minimizar o impacto porque há sempre impactos nestas questões, e não são positivos para Vila Franca da Beira, pelo facto de terem deixado de ser um Freguesia autónoma.

Perante esta lei, que eu aplaudo, é uma lei do Partido Socialista. O Partido Socialista disse-o claramente na campanha eleitoral de 2018 para as eleições legislativa que iria fazer uma lei para tentar reverter estas situações. A lei está aí e nós temos que nos pronunciar. A Assembleia da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira já se pronunciou com algum consenso, só houve uma abstenção, a Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira aprovou por unanimidade. A Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira enviou para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal o processo que está a servir de base e que possa contribuir para a reversão desta situação. A Câmara Municipal já se pronunciou e aprovou a proposta por unanimidade.

Espero bem, que esta Assembleia Municipal possa dar um sinal muito claro, porque é importante dar um sinal dos órgãos locais para acompanhar o processo que irá ser analisado na Assembleia da República e para que eles entendam que há uma grande unanimidade em Oliveira do Hospital neste processo de criação da Freguesia de Vila Franca da Beira.

Não sei se irá acontecer mais alguma reversão de Freguesia no nosso Concelho, se calhar, seria bom, mas, pela parte que me toca, peço à Assembleia Municipal que aprove unanimemente esta proposta.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Neste Ponto dizer, como municipalista que sou e por acreditar na descentralização de competências, que votarei favoravelmente esta proposta.

Também quero dar uma palavra de apreço e regozijar-me pela presumível capacidade de pluralidade que esta Assembleia Municipal poderá ter com o regresso da inconfundível voz do Prof. João Dinis nesta Assembleia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este assunto, dizer aquilo que já foi dito aqui: O neoliberalismo em determinado momento da nossa história pensou que privatizando tudo resolvia os problemas do País, mas não resolveu e agravou. Nem os CTT resolveram os problemas de proximidade com a população, nem a privatização da Galp, nem a privatização da EDP, nem a privatização da TAP.

Creio que o movimento que existe é no sentido de rever muitas situações, também no nosso Concelho tenho informação que outras Uniões de Freguesias

estão a pensar na desagregação e creio que todas as Freguesias reúnem condições para serem Freguesias dentro do princípio da proximidade.

O que preocupa as populações, de uma maneira geral, não são os grandes problemas, são os problemas pequenos, nomeadamente da água, do caminho, da limpeza do Cemitério, etc, etc. Esses problemas estão permanentemente na ordem do dia e um poder que esteja distante não tem possibilidades de tomar conhecimento desta realidade e muito menos tem a possibilidade de intervir para os resolver.

Todas as Freguesias têm razão de existir e são extremamente importantes para o bem-estar e para a elevação da qualidade de vida das pessoas.

Ceio também, como já foi aqui dito, que devíamos apoiar esta pretensão. É evidente que eu também estou de acordo com o João Dinis e com a população de Vila Franca da Beira que viu a sua autoestima ferida pelo facto de a terem privado de um bem que usufruíam há muitos, muitos, anos.

Eu votarei favoravelmente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Fui sempre contra a extinção das Freguesias.

Acho que nunca devemos ser fortes com os fracos. As Freguesias têm um peso no Orçamento de Estado que toda a gente sabe, e acho que foi uma medida muito injusta para com as Freguesias, nomeadamente as Freguesias do Interior.

A minha Freguesia, que é a segunda maior do Concelho, esteve em risco, o que me deixava arrasado, e muito agradeço à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e a todas as pessoas do PSD e CDS que votaram contra a extinção da Freguesia porque quem lançou esta lei foi o Governo PSD/CDS.

Muito devo às pessoas dos vários partidos nesta Assembleia Municipal que estiveram sempre connosco.

A Assembleia da República aprovou recentemente um diploma que permite a desagregação dessas Freguesias que foram agregadas e acho muito bem que o façam porque demonstram sensibilidade e estiveram muito bem nesta decisão.

A União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira é uma Freguesia libertadora e a Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira e os eleitos pelo PS aprovaram essa desagregação. A grande maioria dos eleitos pelo PS na Assembleia de Freguesia também são

responsáveis pela libertação e a devolução da Freguesia de Vila Franca da Beira à sua população respeitando a vontade popular em Vila Franca da Beira.

Quanto ao ilustre camarada comunista João Dinis terá que trabalhar muito para ganhar as eleições.

Votarei favoravelmente neste ponto.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, da proposta de criação da Freguesia de Vila Franca da Beira por desagregação da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte declaração de voto:

“Tendo em conta o diploma que permite a desagregação das Freguesias e havendo por parte da Assembleia de Freguesia e dos povos dessa Freguesia a vontade de desagregar a Freguesia e constituir uma nova Freguesia desejo que o consigam e esperamos que consigam levar Vila Franca da Beira a Freguesia.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei a favor neste Ponto porque este é o caminho para restituir aos Oliveirenses aquilo que lhes foi tirado em tempos. Também prezo em saber que há um Deputado da oposição que luta veementemente pela pluralidade democrática desta Assembleia Municipal. Fico muito contente porque essa pluralidade traz muitas vantagens para o Concelho.”

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Têm convosco a proposta de Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022.

Quero referir que num princípio de aproveitamento das competências e habilitações dos trabalhadores o Município de Oliveira do Hospital tem paulatinamente colocado alguns em regime de mobilidade em diferentes carreiras. A mobilidade é uma figura jurídica de carácter transitório que a lei permite converter em definitiva constituindo a previsão de um lugar no mapa de pessoal, um dos requisitos para a consolidação.

Apresento proposta de alteração ao mapa de pessoal que prevê a criação de dois lugares de Assistente Técnico Administrativo e de um lugar de Técnico Adjunto de Informática que visa assim permitir a consolidação nestes lugares de trabalhadores que se encontrem em situação de mobilidade.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022., que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Fixação da Taxa do IMI em 0,33 %, para o ano de 2023.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Atento a todos os considerandos que têm sido feitos ao longo desta Sessão sobre a situação económico-financeira e a incerteza do futuro, a proposta aprovada por unanimidade no Executivo Municipal e presente na Assembleia Municipal vai no sentido de manter a Taxa de IMI para o ano de 2023 no valor aplicado em 2022 e que é precisamente de 0,33 %.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

“Sendo sobejamente conhecido o processo inflacionista que estamos a viver neste momento e completamente fora do normal das últimas décadas. Falou-se, aqui, que foi em 1992 o último período inflacionário que foi vivido e

sabendo dos considerandos que foram incluídos no Ponto que estamos a discutir, sabendo, ainda, das dificuldades que não só as famílias apresentam mas também as empresas e as autarquias. Veja-se que há empresas com aumentos nos custos de energia na ordem dos três dígitos percentuais.

Sabendo destes considerandos o grupo do CDS-PP votará contra a taxa de 0,33 % para a Taxa fixa de IMI, em concordância com aquilo que foi a posição tomada nos últimos anos nesta Assembleia e, também, em concordância com aquilo que são as dificuldades das famílias atualmente e, sobretudo, porque me recordo da medida no programa eleitoral do Partido Socialista em 2017. Aquilo que eu defendo e a generalidade do Grupo Municipal que represento defende, não seria uma descida neste momento para a taxa mínima, o que seria claramente incomportável, mas obviamente dar um sinal à sociedade civil para que, pelo menos, durante este mandato, aquilo que até foi dito pelo Partido Socialista em 2017, fosse cumprido.

Portanto, tendo em conta todos estes pontos votaremos contra.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Dava aqui um esclarecimento porque o programa eleitoral de 2017 era do meu Executivo. É verdade que fizemos um grande esforço porque a taxa estava em 0,35 % e o objetivo era baixar a Taxa de IMI gradualmente até chegarmos à taxa de 0,30 %, e é verdade também que os incêndios de 2017 nos obrigaram a fazer uma nova reflexão e, por isso, não foi possível. Ainda conseguimos baixar a Taxa de IMI para 0,34 % e, depois, para 0,33 % mas, depois, tivemos algumas dificuldades e, por isso, não foi cumprido o programa na totalidade. Não contávamos com os problemas dos incêndios porque teríamos cumprido com o programa eleitoral porque os meus programas eram para cumprir e não eram para enganar o povo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Em 2009 o valor da Taxa do IMI era 0,35 %, em 2018 o valor da Taxa do IMI era 0,35 %, em 2019 o valor da Taxa do IMI era 0,34 %, em 2020 o valor da Taxa do IMI era 0,34 %, em 2021 o valor da Taxa do IMI era 0,33 %, em 2022 o valor da Taxa do IMI era 0,33 % e mantemos o 0,33 %.

Acho que com esta cronologia demonstramos claramente quem teve sempre uma postura e uma política de redução da carga fiscal sobre os cidadãos. Não fosse o momento que vivemos, e volto a dizer, temos que ser prudentes e temos que ser cuidadosos na gestão dos recursos que nos são confiados. Era muito fácil propor uma redução do IMI mas percebi que o CDS não concorda com esta medida e nós não podemos fragilizar as contas municipais até porque são as contas municipais e essa capacidade de sermos prudentes que nos permitem depois desenvolver políticas de apoio à família, o Programa de Incentivo à Natalidade, o Programa Casa Digna, as Bolsas de Estudo, e uma nova geração de medidas de apoio às famílias e proteção das famílias, particularmente no ano de 2023 que vai ser desafiante.

Não percebo como é que podemos reduzir receitas e, depois, querem pedir mais investimento, obras e mais proteção às famílias. Isso, é uma equação impossível e nós estamos aqui para com rigor e prudência fazer o possível mantendo a sustentabilidade das contas municipais.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Fixação da Taxa do IMI em 0,33 %, para o ano de 2023., que foi aprovado por maioria, com três votos contra.

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes para o ano de 2023.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Dar nota que esta proposta é precisamente para manter a taxa de IMI em função do número de dependentes para o ano de 2023 igual à praticada em 2022 pelas razões atrás explicitadas.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto

Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes para o ano de 2023, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2023, em 5 %.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer, e mais uma vez repetindo-me, pelo atrás explicado, num contexto de perda de receitas e aumento de despesa, a proposta é de manter o mesmo valor da participação variável no IRS.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Antes do IRS gostava só de relembrar a memória do Sr. Presidente, José Francisco Rolo, que a ETAR do Rio de Mel e congratulo a coragem do anterior Executivo de a terem feito porque é sinal que não interessa o voto e interessam as pessoas.

Quanto ao IRS, e não é uma posição nova, é uma posição que eu, enquanto Deputado do CDS-PP e incluídos numa coligação PSD/CDS mas, não obstante, mantendo a sua autonomia e para nós é injusto penalizar uma classe que não é uma classe média alta é uma classe média baixa com uma taxa de participação variável no IRS de 5 %. Aqui ao lado em Arganil, estamos a falar de um Município que nem sequer cobra a taxa de participação variável no IRS, a taxa é de 0 %, na Figueira da Foz é de 3,5 %, em Góis é de 2,5 %, na Lousã, um Concelho Socialista, é 4 %, Manteiga devolve também na totalidade, Penela 4 %. Aquilo que eu digo, aqui, como já disse o meu colega Sérgio Minas, não é pedir uma diminuição de 5 % para 0 %, é dar um sinal à sociedade civil de devolução de rendimentos reais e, por isso, votar contra.

Votar contra porque aquilo que é o texto que a Câmara Municipal nos redige é atirar areia aos olhos dos Srs. Deputados Municipais quando diz que uma taxa inferior beneficiaria agregados de maior rendimento.

Agora pergunto: Um individuo que ganha setecentos e vinte euros por mês, faz parte de uma classe média alta? Parece-me que não! Parece-me que é preciso proteger essa mesma classe para que possa haver uma classe média estável no nosso País, que tanto nos fará falta em tempos de inflação.

Concluo dizendo que, os Deputados da Coligação que pertencem ao CDS-PP votarão contra.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa que fez a seguinte intervenção:

“O Estado, por forma a desempenhar as suas obrigações para com os portugueses, através dos seus organismos, nos quais se inclui a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, necessita de se financiar.

Como todos sabemos, as formas de obtenção da liquidez financeira obtém-se através dos impostos. A capacidade de granjear os fundos necessários para o devido funcionamento de qualquer instituição estatal, e neste caso a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, deve ser justa e cooperativa na medida em que o estado tem que coletar mais àqueles cujas remunerações são mais elevadas e menos aos que dispõem de menos meios para que o Estado seja o grande interveniente da distribuição da riqueza nacional. É ter a capacidade de fazer escolhas e saber quais os impostos certos a aplicar nas alturas certas a fazê-lo. E o panorama geopolítico e o panorama económico presente e futuro são sombrios. Conhecer a realidade económica do território onde se habita e onde se pratica as políticas é essencial.

O IRS é um imposto progressivo e, tendo em conta que vivemos num território do interior e, tendo em conta os baixos salários que infelizmente aqui se praticam, é muito melhor para a nossa população que a Câmara Municipal opte por coletar esta percentagem do IRS do que cortar em outras opções financeira para o povo Oliveirense.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital optando por coletar esta participação progressiva do IRS de 5 % consegue coletar àqueles que mais ganham no nosso Concelho para distribuir aos que menos recebem. Isto é ser praticante do Socialismo Económico. Vós sabeis que sou apologista de uma interpretação muito mais radical do Socialismo Económico. Isto, para mim é um exemplo bom, uma boa prática do Socialismo Económico e, para mim, deve ser

levada avante e continuar a ser praticada: Tirar aos que têm mais para distribuir aos que têm menos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Devo dizer, Sr. Deputado Nuno Rafael, no que toca a legitimidade de aqui estar vou só explicar-lhe uma coisa: A sua é exatamente igual à minha e só tem uma pequenina diferença, o Senhor foi eleito num universo de duzentos e cinquenta e eu fui eleito num universo de cerca de vinte e um mil.

O Senhor tem mandato para representar os seus Fregueses e eu tenho mandato para representar a população do Concelho de Oliveira do Hospital, no seu todo, que me elegeu para estar aqui a representar um Partido, com muito orgulho.

Só por uma questão de história: Em 2019 não era possível as Águas Públicas Serra da Estrela terem definido o que quer que fosse e sabe porquê? Porque as Águas Públicas Serra da Estrela foram constituídas por escritura pública em abril de 2020. Portanto, antes de ter nascido era muito difícil fazer fosse o que fosse.

Quanto a esta questão do IRS e quanto à posição que aqui foi tomada pelos elementos do CDS-PP do Grupo Municipal da Coligação, devo dizer que isto é a evidência maior da demagogia política que pode existir.

Sr. Deputado, deixe-me explicar-lhe uma coisa: O Senhor e o seu colega estiveram aqui a falar nomeadamente na questão do IMI e repare que quando foi imposto pelo Governo PSD/CDS as taxas máximas de IMI nos Concelhos, não haviam famílias carenciadas, as famílias carenciadas não estavam lá e só havia famílias ricas.

Os Senhores vêm aqui pedir investimento, investimento, investimento. Investimento público na construção, investimento público nas estradas, investimento público na área social, investimento, investimento, investimento. Asfaltar a estrada entre Covão e o Parceiro, esse tipo de coisas. O que é necessário para isso? São necessários, obviamente, fundos, e todos sabemos o que está a acontecer.

O Senhor com certeza tem andado desatento nas últimas Assembleias Municipais mas, mais uma vez lhe digo, transferências diretas do Orçamento de Estado para a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital foi de menos setecentos e vinte e cinco mil euros, o aumento da fatura da eletricidade foi de um milhão e cem mil euros por ano, novecentos mil euros a mais na revisão de



*Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital*

*- Página 63 -*

---

(Segunda Secretária)

---